



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 476 - DE 11 A 25 DE MAIO DE 2014 - R\$ 3,00

“O militante porista é aquele que pode resolver o mais intrincado dos problemas políticos com sua cabeça, porque possui os elementos teóricos indispensáveis para fazê-lo”.

(Guillermo Lora - Contribuição à História Política da Bolívia, vol. 2, p. 312)



17 de maio de 2009: 5 anos da morte do trotskista Guillermo Lora

“Faz cinco anos que se apagou o cérebro daquele que sem dúvida foi o revolucionário mais lúcido e consequente da história do País. A força de seu pensamento estritamente fiel ao método marxista ultrapassou as fronteiras nacionais e é uma referência para todo revolucionário consequente”.

Transcrevemos essa citação do Jornal Massas boliviano, órgão do Partido Operário Revolucionário. Nossa homenagem ao dirigente do POR-Bolívia e fundador do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, do qual fazemos

parte, faremos por meio de um ato-debate em São Paulo. Nesse dia, 1 de junho, também divulgaremos um Jornal Massas especial, com artigos sobre a vasta obra deixada por Guillermo Lora.

A grande lição deixada por Lora é a da construção do Partido marxista-leninista-trotskista, o partido-programa. O POR brasileiro trabalha nesse sentido para edificar o partido revolucionário, que pelo seu caráter de classe é internacionalista.

Viva Guillermo Lora!

Pôr em pé a IV Internacional!

**Unificar os movimentos
numa só força contra a
burguesia e seus governos!**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Unificar as massas numa só força contra a burguesia e seus governos

A previsão para este ano e o próximo é de baixo crescimento da economia. A indústria continuará em desaceleração. Provavelmente, o comércio e os serviços também serão afetados. Está claro que economia mundial não romperá as tendências negativas. A esperança de que os Estados Unidos dessem um arranque e reanimassem de conjunto o comércio internacional não está se confirmando. A União Europeia mal e mal está saindo da recessão. A China reluta em manter 7,5%, evitando uma queda mais abrupta de regiões inteiras. A América Latina perdeu o brilho. A perspectiva geral, portanto, é de declínio e não de ascensão. É nesse quadro que o Brasil se acha amarrado.

A redução de abertura de postos industriais e demissões em vários setores da indústria ainda não se manifestaram como um problema político. Isso porque os sindicatos burocratizados acobertam-nas. Mas os sintomas começam a aparecer com maior impacto na indústria automobilística. As montadoras, em sua maioria, se valeram das férias coletivas, “lay-off”, PDVs e outros expedientes para enfrentar o excesso de produção.

A retração no ramo metalúrgico, caso se agrave, generalizará o fechamento de postos de trabalho. Está claro que o entusiasmo do governo lulista diante da criação de dois milhões de vagas e do alto saldo positivo chegou ao fim sob o governo de Dilma Rousseff.

É esperada uma mudança na política econômica depois das eleições de outubro. Poderosos setores do grande capital reclamam apertado nas contas públicas, reforma trabalhista e novas medidas previdenciárias. Não são poucas as vozes contrárias ao critério de reajuste do salário mínimo que tem garantido pequenos ganhos acima da inflação. De um lado, são contra prorrogar a lei do salário mínimo; de outro, pleiteiam reduzir o peso dos gastos trabalhistas.

Os problemas não param por aí. A correção do preço dos combustíveis alterará a dinâmica inflacionária. O governo achou que poderia enfrentar o setor elétrico. Não foi capaz de manter a redução das tarifas. Os detentores privados da geração, distribuição e comercialização conseguiram desmoralizar a promessa da petista.

O Banco Central voltou a elevar a taxa Selic. Neste caso, também se frustrou a orientação do governo de conter o crescimento do montante pago de juros aos bancos e investidores (nacionais e estrangeiros). A dívida interna voltou a crescer e o superávit primário insiste em cair. O capital financeiro exigiu do governo o fim da orientação que prejudica os ganhos parasitários. Acabou a pretensão de transferir valores para o capital industrial.

Desmontada a política econômica do ministro da Fazenda Guido Mantega, as várias frações do grande capital passam a pressionar de conjunto o governo. A redução do crescimento e os desequilíbrios entre os vários fatores (importação/exportação, déficit no balanço de pagamento, inflação, etc.) atingiram o alinhamento de setores industriais com o governo. O setor do agronegócio dedicado ao etanol simplesmente se pôs em pé de guerra com o governo voltado ao petróleo.

As eleições de outubro ocorrerão em uma situação de política. Desta vez, não apenas motivada pelas denúncias de corrupção, que tudo indica será potencializada pela CPI da Petrobrás, mas fundamentalmente pelo desarranjo da economia. Dilma somente tem como tábua de salvação a memória do governo de Lula e seus programas assistenciais (Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, etc.). A oposição burguesa estará em melhores condições de disputa do que em eleições passadas.

A importância da disputa eleitoral está em que os partidos da burguesia – em parte a esquerda eleitoreira – procurarão cana-

lizar a atenção dos explorados para esse objetivo. A burocracia sindical está dividida. A CUT, MST e UNE com Dilma, a Força Sindical com Aécio Neves. Essa polarização já se manifestou no Primeiro de Maio.

As esquerdas legalizadas que têm alguma expressão no movimento sindical – PSTU e PSOL – procuram se mostrar alheias ao movimento eleitoral dos partidos da burguesia, evidentemente mais o PSTU do que PSOL. Mas são incapazes, por suas orientações centrista e reformista, de lutar contra a canalização dos explorados para o campo político da burguesia. Sequer estão alarmados com o desenvolvimento da crise econômica. Não utilizam a CSP-Conlutas e a nova central criada pela Intersindical para desenvolver um plano centralizado de defesa das reivindicações da classe operária e dos demais oprimidos em contraposição à linha política traçada pelos partidos da burguesia e pelos governos.

A tarefa fundamental não é de se preparar para as eleições, mas sim a de se preparar para os ataques que os capitalistas e seus governos estão preparando para as massas. As mudanças na política econômica virão contra os explorados. Independente do que pensam os candidatos e do que fará o novo governo, os exploradores já estão em posição de ataque.

A luta de classes vem ganhando novas formas. As mobilizações de rua e as manifestações nos bairros partem dos bloqueios e chegam à queima de ônibus. Não é mais incomum o fato dos manifestantes resistirem à violência policial. Esse é um fenômeno que vimos ocorrer em vários países.

As greves operárias estão ocorrendo em setores antes não tão expressivos, como os garis e carregadores de bagagem do aeroporto. Em serviços, a greve dos vigilantes no Rio de Janeiro. A greve de trabalhadores terceirizados em Cubatão, envolvendo inúmeras indústrias de petroquímica, também dá um novo alento à luta operária. No ABC, a burocracia foi obrigada a fazer um protesto com paralisação de três horas na Mercedes Benz. Foi a forma de ludibriar a disposição grevista dos metalúrgicos. O retorno da greve da polícia na Bahia, sufocada pela intervenção do exército e da Força Nacional de Segurança Pública, mostra o caldeirão social fervendo.

Vem gestando no País uma quantidade de movimentos e greves que poderão trazer de volta às ruas as massas como em junho de 2013. Falta uma direção centralizada. A fragmentação do movimento operário e popular entre inúmeras centrais começa a mostrar a gravidade da política de colaboração de classe para os explorados. Não por acaso, a bandeiras que de fato defendem a vida das massas e abrem caminho para sua evolução política se tornam mais aceitas e melhor compreendidas.

Arma-se uma situação extremamente favorável para a vanguarda defender as reivindicações transitórias consequentes com a linha revolucionária do POR. As bandeiras de unificação das lutas, de avanço do método da ação direta e de organização independente dos explorados permitem penetrar na classe operária e nas camadas mais oprimidas da pequena-burguesia.

Trata-se de levantar bem alto as reivindicações de salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste, estabilidade no emprego, escala móvel das horas de trabalho, efetivação dos terceirizados e precarizados, plano de moradia popular sob o controle operário, sistema único estatal e público de saúde e educação, expropriação dos latifúndios, terras aos camponeses e luta por um governo operário e camponês, forma governamental da ditadura do proletariado.

Tendência geral de crise no continente latino-americano

Enquanto o crescimento do comércio mundial durante a década anterior favoreceu os países produtores de matérias-primas, em especial dos de minérios e petróleo, a partir da crise de 2008, abriu-se uma tendência de retração geral. Essa tendência a manifestação da crise geral em cada país do continente segue ritmos e intensidades diferentes, mas atualmente atinge todos eles. A previsão de crescimento continental não passa dos 2,5% para este ano. Há um déficit geral nas balanças comerciais, que atingirá 2,7% do PIB continental.

Países produtores de hidrocarbonetos são os mais afetados

Os maiores beneficiários da expansão comercial anterior foram os países produtores de petróleo e gás, como Venezuela e Bolívia, que tiveram grandes ingressos de dinheiro proveniente das exportações de hidrocarbonetos, grandes superávits comerciais, e que serviram aos governos ditos do socialismo bolivariano (ou do século XXI) para implantarem o assistencialismo que lhes garantiu alguma estabilidade política. Mas a atual queda do comércio mundial pressiona para baixo os preços e a quantidade de hidrocarbonetos exportada, assim como de outros minérios e matérias-primas. Reduziu-se fortemente o volume de exportações e aumenta o de importações. Os governos têm seus orçamentos estrangulados. A ação dos capitalistas diante da crise é a de proteção de seus lucros, com consequente alta inflacionária (57% de inflação na Venezuela), desemprego e escassez de mercadorias de consumo. O capital financeiro pressiona o governo para que o proteja, despejando o custo da crise sobre as massas.

Ao lado desses países, aparece a Argentina, que concentrou sua economia nas exportações à China e ao Brasil. Ambos estão em forte retração comercial. A Argentina sofre com a retração econômica e uma inflação de 30% ao ano. Não há perspectiva de superação da crise no curto prazo. A tendência é a de que se aprofunde o brutal ataque às condições de vida das massas para preservar os interesses capitalistas.

México e andinos também são arrastados

Os países que se alinharam mais fortemente à economia norte-americana no continente tendem a seguir a tendência de baixo crescimento da economia ianque. Se os EUA tendem a crescer vegetativamente ao redor de 2,5%, o México tende a crescer 3%. As economias de Chile, Colômbia, Peru vão pelo mesmo caminho. O peso econômico desses países é relativamente reduzido em relação a Brasil, México, Argentina. O Peru vinha crescendo em torno de 7% ao ano, fruto da expansão da exportação de minérios preciosos. Esse crescimento contaminou outras áreas, como a de construção civil confecção. O Estado passou a investir pesado em infraestrutura, em boa parte a partir de endividamento externo. Mas os sinais da crise já se percebem. Entrou para o grupo dos países com déficit comercial. A China vai cortar suas compras. Com menos dinheiro entrando, não será possível ao Estado manter as obras de infraestrutura. Esse endividamento obrigará os governos a cederem tudo isso que se está construindo ao capital financeiro, por meio da privatização. O Peru, com suas particularidades, não escapará às tendências de crise do continente.

Brasil no campo intermediário

Entre os países com crise mais aguda, como Venezuela e Argen-

tina, e os de crise moderada, como México e Peru, está a economia brasileira. A previsão do FMI para o crescimento brasileiro de 2014, ano com copa do mundo e eleições, é de 1,8%. O Brasil tem sofrido há alguns anos com a sistemática queda do comércio mundial. O governo tem manobrado com subsídios às montadoras, linha branca e bancos para atenuar os efeitos da crise. Já não poderá mais esconder que a retração, que afetava a indústria nacional há dois anos, atingiu em cheio as montadoras, os serviços e o agronegócio. O déficit comercial se tornou crônico e configura uma sangria, impondo uma tendência de desvalorização do real frente ao dólar. Tendência que deve se acentuar diante da possibilidade de aumento das taxas de juros norte-americanas no ano que vem. A alta dos preços, medida defensiva dos capitalistas diante da crise, impõe alta inflacionária e aumento do descontentamento. Não será possível controlar o aumento do desemprego, que já se manifesta em demissões massivas nas montadoras.

Fatores de agravamento da crise

Dois elementos tendem a pressionar pelo agravamento da crise econômica mundial, e repercutir diretamente nas economias do continente.

O primeiro deles é a possibilidade efetiva de que haja maiores quebras nas bolsas de valores internacionais. A retração comercial geral ainda não repercutiu toda sua força nos preços das ações. Há uma pressão especulativa que bloqueia essa manifestação. Mas ela virá. E isso levará a um deslocamento de volumes grandiosos de capital, que farão com que as reservas continentais de 800 bilhões de dólares se mostrem pequenas diante da grandeza da crise. A chamada volatilidade de capitais pressionará fortemente a inflação continental.

O segundo é que o rebaixamento dos preços das commodities se acentue ainda mais. Seja pela efetiva redução das compras chinesas (a China também está no grupo dos países que estão com déficit na balança comercial), seja pela contaminação pela retração dos preços das ações nas bolsas de valores.

A imposição de déficit nas contas correntes da grande maioria dos países produtores de matérias-primas lhes pressiona rumo à retração econômica e ao descontrole da inflação.

As massas têm de responder com seu programa e métodos de luta

A burguesia dos países semicoloniais atrasados não tem como responder às tendências gerais de crise capitalista sem aumentar a submissão às potências e ao capital financeiro e a opressão nacional e social. As massas têm de defender suas condições de vida e trabalho, por meio de sua ação geral e unitária ao redor de suas necessidades mais sentidas. Somente assim poderão se defender da ofensiva capitalista que tende a despejar a crise sobre suas costas.

O capitalismo não será capaz de oferecer reformas ou melhoras, somente barbárie e guerras. A luta das massas ao redor das bandeiras do Programa de Transição lhes permitirá responder à altura a crise capitalista e avançar na direção da revolução proletária. A vanguarda deve impulsionar as tendências de luta independente das massas por suas reivindicações e unificá-las para enfrentar os capitalistas e seus governos.

Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) exige a aprovação do Plano Diretor

O interesse dos sem-teto na aprovação do Plano Diretor da cidade de São Paulo está em que nele constam as Zonas de Interesse Social (ZEI). São áreas destinadas à construção de moradias populares. A ocupação da área denominada “Faixa de Gaza” (em referência à situação opressiva em que vivem os palestinos sob o domínio do Estado sionista de Israel), ao lado da Represa Billings, poderá ser considerada Zona de Interesse Social.

São milhares de famílias morando em barracos, que poderão ser transformados em moradias legalizadas. Como se trata de área perto de manancial, poderia ser classificada pelo poder público como imprópria. Mas se sabe que há solução por meio da urbanização.

O prefeito do PT, Fernando Haddad, havia se comprometido a utilizar parte da área para as moradias. Esse aceno oficial motivou mais ainda o movimento dos sem-teto a apoiar o Plano Piloto. O prefeito teria de vencer a resistência da oposição. Uma pressão popular poderia resolver a pendência.

A oposição (PSDB, DEM) e a imprensa acusaram Haddad de incentivar a manifestação em frente à Câmara Municipal. Em uma manifestação dos ocupantes da “Nova Palestina”, Jardina Ângela, zona Sul, o prefeito teria dito que se o Plano fosse aprovado teria como tornar a área em Zona de Interesse Social. Esse aceno seria, portanto, um sinal verde para que os sem-teto pressionassem os vereadores. Haddad rechaçou a denúncia.

Parece que os interesses políticos da gestão petista e do movimento coincidiram. Sempre há um perigo político em tal coincidência. Mas tudo indica que por essa via milhares de famílias serão poupadas dos violentos despejos e de suas brutais consequências. A “Faixa de Gaza” ficará mais próxima de se transformar em um bairro operário. Esse objetivo da luta deve ser apoiado por todas as organizações que se reivindicam da luta dos explorados contra os exploradores.

Nem tudo ainda está garantido. No dia 29 de abril, o MTST cercou a Câmara Municipal para que o Plano Diretor fosse votado. O seu presidente, José Américo (PT), decidiu adiar a votação. Imediatamente, os sem-teto passaram a bloquear as imediações. A Tropa de Choque interveio com a costumeira violência. Os trabalhadores mobilizados resistiram, mas tiveram de recuar até a Praça da Sé. O resultado acabou sendo favorável ao movimento. No dia seguinte, o Plano foi aprovado em primeira votação. Aguarda-se a segunda.

Toda vigilância é pouco. Com o método da ocupação, da resistência e das manifestações de rua, o movimento dos sem-teto vai ganhando posição.

Protestos de sem-teto e de sem-terra obtêm promessa de Dilma

MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), Movimento Popular por Moradia (MPM), MLP (Movimento de Luta Popular) e MST fizeram uma demonstração de força. Dirigiram-se às sedes das grandes empreiteiras – Odebrechet, OAS e Andrade Gutierrez. Ocuparam o saguão. Leram manifesto. Picharam “Copa da Tropa e das Empreiteiras”, “Poder do Povo”.

O MST participou das manifestações como parte da “Marcha pela Reforma Agrária.” Uma coluna de sem-terra partiu de Itapevi. Em São Paulo, se uniu aos sem-teto. A marcha esteve sob a bandeira

“Lutar! Construir a Reforma Agrária Popular!”. Um dos organizadores explicou que a luta dos sem-terra se dirige à agroecologia. As pequenas produções familiares são apropriadas para essa orientação do MST. Nota-se que se está pondo em prática a “nova” posição do MST aprovada no seu XI Congresso, que, segundo nosso entendimento, se abriu mão da luta contra o latifúndio.

As organizações MTST, MPM e MLP têm sob sua responsabilidade várias ocupações, com milhares de famílias. Volte e meia enfrentam operações policiais de despejo. A recente ocupação – denominada “Copa do Povo” –, próxima ao Itaquerão, se encontra na iminência de confronto. Os organizadores utilizam a clima político da Copa e das eleições presidenciais para fazer demonstrações.

Em seguida às manifestações, Dilma Rousseff recebeu os representantes dos sem-teto em Itaquera, quando visitava a Arena do Corinthians construída especialmente para os jogos da Copa. A presidenta solicita, rodeada dos líderes das organizações de sem-teto, recebeu as reivindicações e prometeu incorporá-las no programa “Minha Casa, Minha Vida”. Fez questão de ser fotografada com os líderes, entre eles Guilherme Boulos, de semblantes alegres.

A luta pela moradia é ferrenha. Os sacrifícios são enormes. A ocupação, no entanto, traz a esperança de solucionar um dos mais graves problemas da família trabalhadora. Quem está diante do precipício não mede esforço para dele se afastar. Os despejos e a violência policial (expressão da ditadura de classe da burguesia) não impedem que no dia seguinte o movimento continue a reunir milhares. A extrema penúria empurra os miseráveis à luta pela sobrevivência. É preciso não confiar nos partidos da ordem. Não compartilhar do jogo político do PT e de seus governos. É preciso estabelecer uma ponte entre o movimento dos sem-teto e dos sem-terra com o movimento operário.

Não se deve desconhecer o fundamental sobre a moradia

Parte significativa dos salários da classe operária vai para aluguel. Uma camada da classe média também padece desse mal. Quando o jornalista faz a óbvia pergunta por que se ocupa terreno alheio, logo vem a também óbvia resposta: porque aumentou o aluguel, está alto e não posso pagar.

Livrar-se do aluguel não é a libertação dos explorados, mas é como se fosse. Na realidade, conseguir uma casa, por pior que seja, é livrar uma grande parte dos salários. As famílias fazem a conta e notam que poderiam destinar o custo do aluguel para alimentação, saúde, educação, etc. Obtida a casa, logo passa a enfrentar a situação de miserabilidade das favelas e dos bairros pobres da periferia.

Livrar-se do aluguel é um alívio, mas apenas um alívio. Muitas famílias voltam a se tornar sem-teto, o desemprego pode retirar-lhe esse tão caro bem. Uma gigantesca parcela da população nunca terá a casa própria. E por quê? Porque o alto aluguel, a falta de moradia, a precariedade das habitações e os milhões de sem-teto são consequências do regime capitalista de exploração do trabalho.

Jamais no capitalismo os assalariados – também milhões de camponeses pobres – terão resolvida a tormentosa questão da moradia. Essa conclusão não a extraímos agora. O marxismo a demonstrou irrefutavelmente já na segunda metade do século XIX. Vejamos o que diz Friedrich Engels em “Contribuição ao problema da moradia”,

escrito em 1872. Demonstrando as causas da penúria da moradia conclui: *“Para acabar com esta penúria da moradia não há outro remédio senão abolir a exploração e a opressão das classes trabalhadoras pelas classes dominantes.”*

Certamente, alguém do movimento nos dirá, mas esse é o ponto de chegada, nós ainda estamos no ponto de partida. Não podemos negar que a abolição do capitalismo, de fato, é o ponto de chegada. Mas o ponto de partida e sua ligação com o ponto de chegada pode e deve ser discutido no movimento.

Ninguém que lute contra a exploração capitalista pode desconhecer que as famílias se lançam à ocupação para obter uma moradia e se libertar do aluguel. O imediatismo da necessidade dita essa ordem de ação e de consciência individual (propriedade da casa). Aqui entra o papel das direções. Se se atêm ao imediato, não passarão de reles reformistas, que com essa política servirão à manutenção do capitalismo, ainda que gritem pelo “poder popular”.

É comum a presença dos politiqueiros no movimento popular, justamente devido ao imediatismo que pode muito bem ser usado eleitoralmente para arregimentar os miseráveis. Via de regra, as lideranças servem de correia de transmissão da política burguesa. Como saber? Identificando se estão lutando sob um programa que leva os oprimidos a se chocar com o capitalismo, que eleve sua consciência revolucionária e que projete a luta coletiva para “abolir a exploração e a opressão das classes trabalhadoras pela classe dominante.”

O movimento dos sem-teto deve levantar a bandeira do salário mínimo vital e de escala móvel das horas de trabalho

É preciso vincular a defesa da moradia e das condições dignas de habitação com a **luta pelo salário mínimo vital, com reajuste automático de acordo com a alta inflacionária e do custo de vida**. O atual salário mínimo é de R\$ 724,00. Uma casa de três cômodos na periferia ou na favela está entre R\$ 400,00 e R\$ 500,00, aproximadamente. Milhões de brasileiros recebem de um a menos de um salário mínimo. Esse é o ponto de partida da real defesa da vida das massas.

O valor apurado pelo Dieese é de R\$ 3.019,00. Peçam para as famílias de quatro pessoas para calcularem seus gastos reais. Façam um levantamento preciso das necessidades (não subestimadas). Vejam que R\$ 3.019,00 não cobrem. Serão necessários R\$ 4.200,00.

Vemos, no entanto, que os sindicatos e centrais usam a estatística do Dieese apenas para demonstração. Não organizam a luta para impor ao governo e à burguesia um salário mínimo vital (real). A outra reivindicação imprescindível é a de emprego.

Ninguém melhor que os sem-teto sabe que o desemprego é uma fonte de todos os males, ao lado dos baixos salários. É preciso levantar alto a bandeira de emprego a todos. Somente os reformistas empedernidos e burocratas adaptados ao capitalismo consideram impossível conquistar emprego a todos. Admitir o desemprego é admitir a miséria e a expulsão dos explorados de seus lares.

Dizemos o contrário: as horas trabalhadas no País devem ser divididas entre todos aptos ao trabalho, de forma que se implante a **escala móvel das horas de trabalho** e assim se elimine o desemprego estrutural. **O movimento dos sem-teto tem o dever de ocupar, exigir a moradia do Estado e combater para que todos os explorados se unam em torno das bandeiras de salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste e escala móvel de emprego.**

O movimento operário deve assumir a luta por moradia

Os chamados movimentos populares acabam se limitando ao



Protesto dos sem-teto enfrenta a repressão policial em 30/04/14. No dia 07/05, a direção confraterniza com os governos municipal e federal petistas

imediatismo de uma pequena parcela da imensa maioria oprimida do País. São assim influenciados pela Igreja, pelo reformismo pequeno-burguês, por ONGs e por politiqueiros. Está aí por que se separa a luta pela moradia das reivindicações da classe operária.

A burocracia sindical, por sua vez, impossibilita que os assalariados assumam as reivindicações “populares” (moradia, saúde, educação, transporte, segurança) como integrante do movimento operário.

São divisões políticas que servem à burguesia e aos seus governos. As reivindicações parciais ou pontuais não se chocam com as de ordem geral de todos os explorados (como o salário mínimo vital, etc.) e que devem estar estrategicamente subordinadas à política proletária de combate à classe capitalista.

O divisionismo das massas e o corporativismo são produto da penetração da política burguesa no seio das organizações dos explorados. As correntes pequeno-burguesas contribuem para essa anomalia. Para se projetarem, se apoiam no particularismo dos movimentos populares e se adaptam à influência da Igreja, ONGs, etc.

O capitalismo decompõe-se a olhos nus. A alta concentração de riqueza e vasta pobreza das massas não lhe permitem dar saltos nas forças produtivas. Estas tendem ao declínio. Cresce o parasitismo da classe capitalista. A luta de classes se torna aguda. Essa é a descrição geral da situação.

A classe operária se encontra ainda retraída. Mas terá de retomar a iniciativa de fins dos anos 70 e da década de 80. É preciso trabalhar por um programa de ação que unifique os movimentos dispersos em uma única força dos explorados conta a classe capitalista.

Burocracia quebra a disposição grevista dos operários das usinas de Santo Antônio e Jirau

No dia 22 de abril, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Rondônia (STICCERO), com apoio da CONTI-COM e CUT, realizou uma assembleia massiva, com cerca de oito mil operários no canteiro de obra da usina Santo Antônio e Jirau. Havia disposição de luta para arrancar as reivindicações.

O Sticcero pediu um reajuste salarial de 15% e aumento do valor da cesta básica de R\$ 350 para R\$ 450. Mas a resposta das empresas foi de um de reajuste escalonado de 6,5% para os salários mais altos e 7,5% para os menores salários. E para o vale alimentação fixaram três faixas de valores, sendo a primeira de R\$ 380,00, a segunda R\$ 293,00 e a terceira R\$ 233,00.

Para a burocracia do sindicato, os operários da usina de Jirau aceitaram a proposta e voltaram para os postos de trabalho sem deliberação de greve. Já os operários da usina Santo Antônio, inicialmente, rejeitaram a proposta patronal e paralisaram por três dias. Como se vê, a burocracia dividiu os operários. A greve na usina de Santo Antônio ficou isolada e sem nenhuma manifestação pública. Tratou de deixar a greve desmoronar na passividade. Enquanto isso, os dirigentes do sindicato negociavam alguma quirela a mais para suspender o movimento. Aceitaram o reajuste de 9% e o aumento da cesta básica de R\$ 300,00 e R\$ 400,00.

Suspensão da greve

Os burocratas sindicais traidores acataram a proposta dos patrões,

Mais um ano de Primeiro de Maio festivo

A alta do custo de vida já não passa despercebida aos assalariados. As demissões na indústria se fazem sentir. O crescimento da taxa de emprego vem caindo em todos os setores. A situação de pobreza dos gigantescos bairros populares contraria a farsa de que se reduziram as diferenças sociais no Brasil.

Há uma tendência de luta em todo o País. Em São Paulo, levanta-se um vigoroso movimento popular pela moradia. A violência policial passou a ser respondida com manifestações de rua. As greves têm sido constantes, ora em um setor, ora em outro. O movimento dos sem-terra começa a sair da apatia. Os explorados estão prestando mais atenção às reivindicações que de fato defendem suas vidas.

Estas condições poderiam impulsionar os explorados para um Primeiro de Maio de luta de classes. Mas prevaleceram as festividades. A CUT montou seu palanque eleitoral para a candidatura de Dilma Rousseff. A Força Sindical, para os candidatos Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB). Evidenciou a ampla estatização dos Sindicatos.

O Ato na Praça da Sé das esquerdas, distintamente, compareceu como independente do governo e dos partidos da burguesia. Contou com a militância de esquerda, com suas bases de influência, com representantes de alguns sindicatos e com o movimento de sem-teto. Em mais um ano demarcou-se uma linha divisória com os atos burgueses da CUT e da Força Sindical.

No entanto, predominou no ato da Praça da Sé a política pequeno-burguesa. A sua direção, marcadamente influenciada pelo PSOL e PSTU, rodeados da Pastoral Operária e PCB, se mostrou incapaz de garantir um conteúdo proletário e revolucionário ao Primeiro de

mediado pelo Ministério Público do Trabalho, e na assembleia do dia 28 de abril elogiaram a negociação e encerraram a greve.

Depois de realizar assembleias separadas, dividir os operários, manter a greve isolada na usina de Santo Antônio, a negociata com a patronal se tornou mais fácil. Por outro lado, a força dos operários está na unidade e nas ações coletivas. Sem contar com essa força, a greve nasceu morta.

Os operários de Jirau e Santo Antônio têm uma história de greves radicalizadas. Desde a implantação das usinas, as greves se tornaram constantes em função das condições de trabalho e dos miseráveis salários. As empreiteiras exigiram maior intervenção policial para conter a fúria dos grevistas. Prisões, perseguições e demissões foram usados para aterrorizar os operários. O governo do PT (Lula e Dilma) interveio por meio da Força Nacional de Segurança para proteger as usinas (propriedade privada). O forte aparato policial, o controle dos supervisores das empresas e a política conciliadora da burocracia sindical e da CUT atuaram para pôr fim às greves-levantes. Não por acaso, a greve de três dias dos operários da usina de Santo Antônio foi passiva.

A lição que a classe operária deve tirar dessa experiência é a da necessidade de se construir uma direção classista capaz de impulsionar a luta pela conquista das reivindicações e defender a democracia operária, fundamental para dar coesão às ações coletivas e a unidade operária.

Maio. Mais uma vez, montaram o palanque para discursos reformistas, quando não retóricos. Para diluir ainda mais, os organizadores traçaram um cronograma privilegiando a cantoria, a música, a dança e a performance.

Basta se observar a orientação do Ato para se reconhecer que tipo de política o conduz. Primeiro falaram os representantes dos movimentos (geralmente, pertencentes aos partidos organizadores do Ato). Em seguida show. Em segundo falaram os sindicatos, entidades estudantis (com suas variadas tendências - todos acobertando os partidos organizadores do Ato). Depois show. Finalmente, quando ninguém aguenta mais anunciam a fala dos partidos. O Ato está esvaziado, completamente despolitizado e sem sentido.

Deveria ser uma vergonha para um PSTU que se diz trotskista, socialista e internacionalista. Sabemos que é exigir demais, pois os morenistas contribuíram decisivamente para que o Primeiro de Maio da Sé, mais uma vez, tivesse a feição típica da pequena burguesia esquerdista que se encanta (e quer encantar os outros) com performances e música de protesto (de discutível qualidade, por sinal). Do PSOL não há o que exigir, é uma corrente socialdemocrata decomposta. O discurso do PCB é de que a esquerda deve se reinventar e que deve dialogar diz por si só.

Há uma febre de feminismo pequeno-burguês. Esse foi o tom marcante do Ato da Sé. Não por acaso, planejou-se para o final uma performance sobre o tema. Nenhuma colocação de classe sobre a opressão sobre a mulher e sobre a necessidade de destruir o capitalismo por meio da revolução proletária foi feita. O feminismo pequeno-burguês se nega a organizar as mulheres como parte do movimento

revolucionário que tem por estratégia a ditadura do proletariado. Um Primeiro de Maio proletário e socialista, sem dúvida, destacaria o lugar da mulher na luta revolucionária e as bandeiras do movimento.

A lamentável repetição de retirada do MTST antes dos pronunciamentos dos partidos políticos mostrou que se trata de um acordo. O caudilho Guilherme Boulos foi um dos primeiros oradores. Foi ouvido por todos e aplaudido quando disse que o movimento arrancará a moradia para os sem-teto por meio das ocupações e de manifestações como a que foi feita no dia 29 de abril em frente à Câmara Municipal. Mas esperou o pronunciamento de entidades e caiu fora, esvaziando parte do ato próximo ao palanque.

A aversão e o desprezo aos partidos de esquerda que se tem empreendido no movimento popular e que assistimos nas manifestações de junho de 2013 são um sintoma do caciquismo e do aparatismo (controle burocrático). Sempre por detrás do “líder” (caudilho) tem uma instituição. Esse tipo de conduta política acabará submetendo o movimento da moradia a este ou aquele partido da burguesia. O MST é um exemplo típico de alinhamento ao governo petista. A cúpula burocrática maneja a incompreensão política dos explorados contra as posições revolucionárias, ou mesmo aquelas que se vestem de revolucionárias.

O POR protestou em meio ao Ato contra a despolitização, o esvaziamento, a festividade e a manobra organizativa para minimizar a

presença dos partidos de esquerda. Vimos perfeitamente que o PSTU, PSOL, etc. não deram importância a seus pronunciamentos. Deixaram para os seus representantes sindicais e de movimento. Contribuíram assim visivelmente para que o Primeiro de Maio da Praça da Sé não parecesse partidário – provavelmente aplaudido por Guilherme Boulos, etc.

O pronunciamento do militante porista foi claro. Chamou a atenção para o esvaziamento político do Primeiro de Maio em uma situação de aguda crise e de crescimento das lutas. Rechaçou a festividade, exaltando o valor do espírito revolucionário. Criticou a saída do MTST. E mostrou que é necessária a defesa da estratégia da revolução e ditadura do proletariado.

É bem provável que a burocracia estatizante e a burocracia esquerdizante que acabam na mesma vala do Primeiro de Maio festivo logo mais se verão sob intensa pressão da crise capitalista e da luta de classes. É o que observamos nas manifestações do Primeiro de Maio em outras partes do mundo em que o desemprego degola a classe operária e esmaga a juventude. O POR mantém no alto as bandeiras que defendem a vida das massas, aferrar-se ao método da luta revolucionária, empunha firmemente a luta ideológica do marxismo-leninismo-trotskismo contra a burguesia e suas versões pequeno-burguesas e não arreda um milímetro na defesa da estratégia da revolução proletária.

1º de maio em Mossoró: civismo, distração e alienação

O movimento sindical de Mossoró/RN, dirigido pelos membros do PT, organizou um 1º de maio com um passeio de bicicleta, um café da manhã diante do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) e uma missa no final.

O 1º de maio (quinta-feira) ocorreu próximo das eleições complementares de Mossoró para prefeito da cidade no dia 04 de maio (domingo). Isso realçou a política eleitoral do petismo. O PT avança na sua adaptação completa ao sistema eleitoral burguês e o PT de Mossoró, antigo baluarte da “esquerda petista”, acompanha o seu destino. Com candidato a vice-prefeito de Mossoró na chapa do PSD, dissidentes do DEM, o PT

local acompanha o PT nacional em sua política de alianças.

O POR celebrou o 1º de maio com uma discussão na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) lembrando a luta histórica dos trabalhadores em levantar bem alto as suas bandeiras de reivindicação nesta data. Deste modo, defendemos um 1º de maio de luta, pelos direitos dos trabalhadores, repudiando os atos festivos dos partidos da esquerda oficial (PT, PCdoB) e dos revisionistas do trotskismo que tanto adormecem a consciência de classe dos explorados. O abandono do 1º de maio reivindicatório em prol das festividades acompanha a adaptação dos partidos à disputa eleitoral burguesa.

Ceará – 1º de maio: Atos esvaziados, despolitizados e festivos

Pelos menos três atos foram realizados em Fortaleza pela CUT, CTB e CSP-Conlutas. O ato da CUT ocorreu no dia 30/04 no centro. Houve uma passeata da Praça da Bandeira à Praça do Ferreira com cerca de mil manifestantes. O ato da CUT contou com uma base operária (metalúrgicos), setores da pequena burguesia (professores, bancários, servidores federais) e comunidades de bairros. O ato foi pequeno dado o peso organizativo da CUT estadual, que tem mais de 200 sindicatos filiados. Foi marcado também pelo eleitoralismo e pelas reivindicações rebaixadas de fim do PL 4330 (terceirização ilimitada), 10% do PIB para educação, redução da jornada de trabalho de 44 para 40h semanais etc. Os dirigentes da CUT, incluindo da direção nacional, presentes na atividade, defenderam a eleição de deputados do PT, a reeleição de Dilma e a necessidade de impedir o retrocesso com a volta do PSDB ao governo. No dia 1º, os governistas da CUT realizaram uma carreata logo após uma missa realizada na Igreja de Santa Edwiges.

O PSTU-Conlutas fez, dia 1º, uma passeata da UECE até o terminal da Parangaba, que contou com a participação de várias correntes. O ato reuniu cerca de 130 participantes. O PSTU centrou sua intervenção na bandeira de “Na copa vai ter luta” e não permitiu inscrições livres.

O POR interveio no ato da Conlutas com fala, distribuição de manifesto, bandeiras e faixas. Atuou com uma coluna e palavras de ordem como: “1º de maio operário e socialista” e “chega de burguês, queremos um governo operário-campônês”. Denunciou os governos burgueses, a copa da burguesia e defendeu o salário vital e escala móvel das horas de trabalho.

Há muito o 1º de maio organizado pelas burocracias sindicais perdeu seu caráter classista e combativo. As melhores tradições da classe operária serão resgatadas quando os explorados encontrarem o caminho do marxismo revolucionário. Por isso, coloca-se na ordem do dia a tarefa de edificar o partido operário revolucionário no Brasil.

Sobre o plebiscito popular por uma constituinte da CUT/Pastorais

A CUT e uma dezena de entidades (CTB, Via Campesina, UBES, UNE, Pastorais etc) iniciaram recentemente uma campanha por um plebiscito nacional sobre a reforma política. O plebiscito terá uma única pergunta: “você é a favor da convocação de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político?” E será realizado na semana de 1 a 7 de setembro.

A iniciativa da convocação de um plebiscito popular sobre reforma política por parte das entidades acontece depois da desistência do governo Dilma/PT em encaminhar uma constituinte específica sobre a reforma política em 2013. O governo petista, desgastado diante das manifestações de junho, levantou a bandeira da convocação de uma constituinte que foi logo apoiada pelo PSOL. A proposta foi deixada de lado depois da pressão da base aliada (PMDB) e da oposição (PSDB, DEM). A demagogia reformista, fracassada no marco governamental, passou então para as mãos da burocracia sindical que iniciou uma campanha nacional. A CUT convocou um dia nacional de mobilização pelo plebiscito no dia 07/05, com atos em todas as capitais. A campanha tem envolvido uma parcela da vanguarda e dos explorados.

Não é a primeira vez que a burocracia sindical recorre a campanhas de plebiscitos populares. Em 2007, convocou um plebiscito sobre a privatização da Vale. Em 2002, organizou o Plebiscito da ALCA e, em 2000, o da Dívida Externa. Ao mesmo tempo em que apoiava os plebiscitos, a CUT/PT recusava-se a convocar qualquer movimento de massas para materializar as bandeiras propostas e separava cuidadosamente os pontos destacados, nos plebiscitos, das reais reivindicações das massas: emprego, terra, saúde, moradia, salário. Longe de defender a reversão das privatizações, a soberania nacional e a liquidação da jogatina da dívida, a burocracia sindical encenava perante as massas campanhas inócuas de pressão parlamentar

de cunho eleitoreiro. A campanha hipócrita do reformismo acobertava o ataque do governo petista que privatizava, submetia a economia ao controle dos monopólios e honrava todos os compromissos da dívida pública.

A luta de classes ensina que os explorados resolverão seus problemas com suas próprias mãos, por meio da ação direta de massas. O que não implica rejeitar, por princípio, a pressão sobre os governos para a convocação de plebiscitos, que podem, segundo o momento político, levar as massas a chocarem-se contra o Estado. O mesmo se passa com a bandeira democrática de Constituinte. O reformismo, porém, adapta a campanha ao eleitoralismo e desvia as reivindicações democráticas para soluções de interesses próprios dos partidos burgueses (fim do senado, financiamento público das campanhas, voto em listas partidárias etc). O POR defende as reivindicações democráticas. Exige sua aplicação mais radical. Isso porque permite que as massas superem suas ilusões constitucionais. Ao mesmo tempo, não a desvincula da luta pelas reivindicações mais elementares dos explorados.

As reivindicações democráticas não se confundem com as de democratização do Estado burguês. Diante da atual campanha do reformismo pelo plebiscito popular, chamamos o proletariado, a juventude e os camponeses pobres, a defenderem: Abolição dos altos dos salários dos parlamentares, juízes, prefeitos, governadores e integrantes dos governos. Que em nenhum desses cargos se receba mais que o salário mínimo vital de R\$ 4.200,00. Fim de todos os privilégios. Eleição direta de todos os cargos públicos e revogabilidade de mandato. Legalização de todos os partidos de esquerda. Igualdade de condições materiais e políticas no uso dos meios de comunicação. Fim da legislação repressiva e antigreve. Total liberdade de manifestação e expressão.

Colaboração do Brasil com a ditadura de Pinochet

Não se trata de novidade que os agentes da repressão brasileiros auxiliaram no golpe fascista de novembro de 1973 no Chile e mantiveram estreita relação com a polícia política do general Augusto Pinochet. Aproveitaram para se informar sobre brasileiros exilados e colaborar com assassinatos de vários deles no Chile. Depois de muitos anos, vão surgindo dados que comprovam com maior precisão o internacionalismo da contrarrevolução burguesa na América Latina entre os anos 60 e 70 do século passado. Os documentos que saem dos arquivos confidenciais mostram o quanto os Estados Unidos estiveram empenhados no objetivo de derrubar governos nacionalistas e o quanto uma fração da burguesia latino-americana se valeu da ofensiva imperialista para desencadear golpes militares.

A derrubada do governo de João Goulart, em março de 1964, foi o sinal de que os Estados Unidos abriam caminho para um ciclo de ditaduras latino-americanas. Os vínculos dos acontecimentos contrarrevolucionários no Brasil com os do Chile devem ser comparados e assimilados como parte da tarefa de construir o partido revolucionário.

Os governos de João Goulart e o de Salvador Allende expressaram o ponto mais alto que pode chegar a democracia nos países semicoloniais da América Latina. A necessidade histórica de desenvolvimento independente e de soberania nacional das semicolônias deu lugar ao nacionalismo burguês.

Observamos que a democracia não se estabeleceu como o regime político por meio do qual a burguesia pudesse constituir governos nacionalistas – de defesa dos seus interesses nacionais – que levassem adiante reformas e solução das tarefas democráticas típicas do capitalismo atrasado. De uma maneira ou de outra, assumiam formas autoritárias.

No Brasil, o Estado Novo configurou a fisionomia do governo nacionalista. A forte centralização era a condição para o governo se impor diante do fracionamento da frágil burguesia nacional e, fundamentalmente, da classe operária revolucionária. Por injunções conjunturais, o presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) assumiu a presidência no lugar do presidente eleito Jânio Quadros, pela União Democrática Nacional (UDN) pró-imperialista, e que renunciou. Essa situação anômala refletiu a profunda

divisão interburguesa que se projetou desde 1930, resultando em crises políticas e finalmente em golpe militar.

Distintamente, o último governo nacionalista do ciclo varguista – o de João Goulart – foi o mais democrático a se que pôde chegar. Negou-se a fechar o Congresso oligárquico que o impedia de fazer as reformas, evitou desferir golpes repressivos contra os sindicatos, permitiu que aflorassem as tendências nacionalistas no interior das tropas, rejeitou reprimir a manifestação de cabos e marinheiros. Não houve, no Brasil, portanto, um governo tão democrático como o de João Goulart.

Sob sua sombra, os empresários, governadores, UDN, Igreja e gerais montaram a conspiração golpista. Nutriram-se da própria democracia burguesa para suprimi-la e substituí-la por vinte e um anos de regime militar. Democracia e ditadura são duas faces do domínio burguês sobre os explorados.

O nacionalismo não se confunde com o regime político. Mas nas semicolônias se aclimata melhor com formas autoritárias. Sob a forma da democracia, o governo nacionalista se torna mais permeável à luta de classes. Quanto mais democrático, mais suscetível ao movimento das massas e mais acossado é pela direita pró-imperialista.

No Brasil, João Goulart, serve-nos de exemplo. Mas no Chile o governo da Unidade Popular de Allende também comprova esse fenômeno. Nunca houve nesse país um governo tão democrático. O Congresso sob o controle da oposição oligárquica e pró-imperialista inviabilizou o programa de reformas capitalistas (sob o rótulo de socialista) de Salvador Allende e serviu de instrumento para a conspiração golpista. A burguesia continuou com o controle da economia e, portanto, com o poder real do País. O golpe do general Augusto Pinochet, que era ministro de Allende, suprimiu a democracia mais avançada do Chile.

Tanto no Brasil de 1964, quanto no Chile de 1973, se tem um hiato da democracia burguesa mais avançada que se pode chegar. Foram duas experiências históricas típicas de países semicoloniais em que emergiram as tarefas democráticas econômicas e sociais e sobre suas bases se levantaram governos reformistas burgueses e pequeno-burgueses.

Nota-se que as burguesias nacionais e o imperialismo não podem conviver com a democracia que sirva de meio para reformas capitalistas. No Brasil, a posição pusilânime de Jango diante o Congresso reacionário e da reação que preparava o golpe abertamente mostra que quanto mais democrático for o regime burguês nas semicolônias mais débil é o governo que o comanda. O mesmo se pode dizer do caso da UP chilena.

O proletariado e os camponeses em luta pressionam o governo nacional-reformista a resolver a situação de miséria e se chocam abertamente com a exploração do trabalho e com a grande propriedade capitalista. Impotente, o governo abre caminho para a reação. Caso o proletariado não esteja organizado no partido revolucionário para liderar a revolução de maioria nacional, será contido pela violência reacionária. Está aí por que os golpes no Brasil e Chile foram contrarrevolucionários.

É preciso entender com precisão a relação entre os dois acontecimentos e a conexão que se estabeleceu entre eles a partir do conteúdo de classe dos golpes contrarrevolucionários. A revelação do apoio do Brasil à contrarrevolução pinochetista é apresentada em nome e defesa da democracia. O que deve ser refutada.

Uma função de colaboração da ditadura brasileira com a chi-

lena foi a de prender, sequestrar, torturar e assassinar opositores. Os horrores são conhecidíssimos. Mas a principal dela foi a de internacionalizar o enfrentamento do imperialismo (sob o comando dos Estados Unidos) e das burguesias latino-americanas aos levantes de massa. A luta camponesa se disseminava e tendia a confluir com o movimento operário. A Revolução Cubana despertou esperanças nos oprimidos latino-americanos de se livrarem da miséria.

Evidentemente, a resposta do castro-guevarismo não esteve à altura e enveredou pelos desvios da exportação da denominada revolução popular (democrático-burguesa em seus fundamentos de classe). O “foquismo” acirrou o conflito, sem contudo servir ao proletariado e às massas camponesa. O fundamental, no entanto, é que os Estados Unidos se lançaram a sufocar Cuba e a conter o movimento das massas latino-americanas.

A democracia e o nacionalismo constituíam risco ao imperialismo não pelas reformas desejadas, mas pela incapacidade de governos, como o de João Goulart, de controlar os explorados.

No Chile, despontou uma experiência até então desconhecida na América Latina – a constituição de um governo pequeno-burguês reformista de frente popular, preconizado pelo estalinismo, portanto por meio da democracia burguesa. Nele, participavam o Partido Comunista (PCCh) e correntes esquerdistas. Embora os estalinistas tivessem arquitetado a Frente Popular com o Partido Socialista e levantado a bandeira da via pacífica da revolução, não tinham poder de decisão no seio do governo e por sua política de via pacífica estava contraposto a qualquer levante das massas, os Estados Unidos organizaram a força golpista comandada pelos pinochetistas.

Verifica-se um fenômeno histórico. A democracia formal em que as massas elegem o governo serve tão-somente enquanto funciona como sistema político de preservação dos interesses do imperialismo e da fração oligárquica da burguesia nacional. É inevitável que surja uma esquerda nacional (reformista) nos países latino-americanos. O que se deve tanto às particularidades do desenvolvimento do capitalismo atrasado quanto das condições de países oprimidos. Os golpes militares que cobriram duas décadas – entre 1960 e 1970 – foram desfechados contra governos que procuraram usar a democracia como instrumento de reformas, evidentemente em oposição à revolução proletária.

Armou-se uma grande operação contrarrevolucionária por cima das fronteiras nacionais. Não bastava a derrubada de governos isolados. As ditaduras teriam de servir de instrumento do imperialismo de grande alcance no América do Sul. Em princípios de 74, as forças de segurança (polícia política e órgãos militares) da Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil deram o primeiro passo para constituírem a “Operação Condor”. Em novembro de 1975, seria formalizada em uma reunião realizada em Santiago do Chile.

Uma sequência de sequestro e assassinatos resultou da ação da frente contrarrevolucionária das ditaduras, comandadas pelos Estados Unidos. A documentação sobre a “Operação Condor” e a participação do imperialismo ianque serve apenas de comprovação formal da responsabilidade nacional e internacional da burguesia.

Estamos diante de uma situação em que os próprios organismos da burguesia, secundados por organizações pequeno-burguesas, necessitam de se livrar do passado de horror. A ideia é de

que finalmente a democracia triunfou e agora se tornou possível rechaçar os métodos de terror de Estado. Muita hipocrisia se tem gasto em nome da verdade e da reparação histórica. Essa falsificação deve ser desmascarada. Os Estados Unidos continuam agindo contra governos desafetos, organizado golpes, sustentando ditaduras e promovendo o terrorismo de Estado. As bandeiras de direitos humanos e de democracia não têm como esconder a tirania do imperialismo. Acima de qualquer liberdade estão os monopólios.

Mas interessa aos marxistas conhecer a documentação que revela o movimento clandestino da contrarrevolução. Confirmam as teses de que o capitalismo na sua fase imperialista se caracteriza pela decomposição do capitalismo. Nos países semicoloniais, a democracia deve corresponder aos interesses dos monopólios. Assim, suas condições de existência são em última instância ditadas pelas potências. As burguesias nacionais concluíram como contrarrevolucionárias. Diferenciações e contradições em seu interior existem, uma vez que o saque imperialista afeta mais determinados setores do que outros. A política do proletariado não deve desconhecer-las. Mas a visão estalinista de uma burguesia nacional progressista que dever ser apoiada pelo proletariado contra o imperialismo se mostrou completamente falsa. De conjunto, as burguesias latino-americanas se perfilarão em torno dos golpes e das ditaduras militares. Serviram-se da Operação Condor, expressão do internacionalismo imperialista.

O período de 60 e 70 se caracterizou na América Latina como de agudização da luta de classes e de vitória da contrarrevolução dirigida pelos Estados Unidos. Não foi apenas uma vitória neste ou

naquele país isolado, mas em todo o hemisfério. A essência dessa caracterização ficaria incompleta sem que se considere a crise de direção revolucionária. O nacional-reformismo burguês e pequeno burguês, do qual fazia parte a maioria das organizações, embora se professassem marxista-leninistas, se mostraram incapazes de organizar as massas para enfrentar a política internacional do imperialismo. Foi derrotado pela sua própria política de proteção da burguesia nacional.

O único país que contava com o partido revolucionário era a Bolívia. O golpe do general Hugo Banzer, em 1971, foi desfechado para destruir a Assembleia Popular. Na Bolívia, esteve colocada a possibilidade da revolução proletária, pelo visto uma exceção. Nesse sentido, é muito importante o balanço do Partido Operário Revolucionário da Bolívia – “Da Assembleia Popular ao Golpe Fascista”, de Guillermo Lora.

A ausência de partidos marxista-leninista-trotskistas e da IV Internacional favoreceu a ofensiva do imperialismo contra Cuba e contra as massas latino-americanas que percorriam a via revolucionária, mas sob direções nacional-reformistas. A luta contra a intervenção norte-americana é de ordem internacional, mesmo que começando por um determinado país. A bandeira do internacionalismo proletário esteve isolada na Bolívia e ausente no proletariado e camponeses em choque com a reação no restante da América Latina. É preciso assimilar a rica experiência dos trinta anos de golpes e ditaduras militares como parte da construção dos partidos revolucionários que devem estar sob o programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina da IV Internacional.

Bahia

Comissão pró-instalação do comitê estadual contra a repressão realiza ato denúncia contra as leis repressivas

A Comissão Pró-instalação do Comitê Estadual Contra a Repressão foi organizada na Bahia para denunciar as leis repressivas aprovadas ou que estão em discussão no Congresso, além de realizar a defesa política e jurídica dos manifestantes presos e processados. No dia 29 de abril, quando se completou um mês da prisão dos 18 manifestantes em Salvador na manifestação contra a Copa do Mundo, a Comissão realizou um Ato-Denúncia na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Participaram, além da militância do POR, correntes como Contra Corrente e Nova Democracia.

Apesar de ter sido aprovada a participação da Conlutas e da Anel, o que percebemos é que o PSTU não faz o mínimo esforço para construir o Comitê. O PSTU só aparece esporadicamente, quando lhe convém. Não a toa, este partido está profundamente desgastado no movimento estudantil. O PSol também não tem aparecido. Participou apenas da primeira reunião e um dos seus militantes apareceu no primeiro ato-denúncia. Nas demais atividades e reuniões, o PSol está completamente ausente.

No dia 06 de maio, o Comitê realizou um novo ato-denúncia no campus de Ondina da UFBA ao lado da biblioteca. En-

quanto as correntes do PT, o PCdoB, PSTU e PSol jogam todas as cartas na eleição para reitor apoiando um ou outro dos candidatos, todos aliás vinculados ao projeto do Partido dos Trabalhadores e do Governo Federal, o POR junto com outras correntes procura organizar o movimento e expandir a atuação do Comitê contra a Repressão. A tarefa é estender os atos aos bairros populares mais atingidos pela repressão estatal. No próximo dia 13 de maio, haverá uma plenária de instalação do Comitê Estadual contra a Repressão, a ser realizada em Ondina-UFBA.

Devemos nos organizar para estar à altura das manifestações que ocorrerão durante a Copa do Mundo. O nível de opressão e exploração é tão acentuado que, mesmo com todo o aparato de repressão do Estado e dos governos, não têm êxito em estancar as manifestações que ocorrem nos bairros populares contra as UPPs e a repressão policial. É preciso dar um caráter político consciente às manifestações espontâneas das massas exploradas. O Comitê tem a função de defender política e juridicamente os manifestantes, presos e processados, e se articular diretamente às manifestações contra a Copa, por educação, moradia, saúde e transporte público.

A organização do movimento contra a Copa em São Paulo

Desde do início do ano, foram realizados 5 atos contra a Copa do Mundo em São Paulo. A organização dos atos tem sido realizada pelo “coletivo” *Se não tiver direitos, não vai ter copa*. Além dele, também existe o Comitê Popular da Copa, que porém não convocou as últimas manifestações, colocando-se pela convocação da próxima, chamado de 15M (por se realizar em 15 de maio).

Depois da 1ª manifestação, que ocorreu no dia do aniversário de São Paulo (25 de janeiro), o POR foi convidado a participar da organização do movimento junto ao “coletivo”. Até então já haviam sido realizadas 5 reuniões.

O funcionamento burocrático

Muito acordos já haviam sido fechados quando o POR começou a participar. Dentre os vários, é preciso destacar: o grupo era um coletivo de “coletivos” (e não uma frente de luta); as decisões eram tomadas por consenso; as reuniões só podiam ser divulgadas aos “grupos de confiança”. O grande problema era justamente que os acordos iniciais “não poderiam ser revisitos”, o que travou o desenvolvimento do “coletivo” (para que se constitua de fato como uma frente política).

Desde o início de nossa participação, defendemos a construção de um movimento massivo, que se enraizasse nas bases. Para isso, defendíamos que era necessário levar a discussão da copa do mundo para as bases, para que os explorados discutissem em suas assembleias de locais de estudo, trabalho e moradia como a Copa os ataca, como organizar a resistência a essa ofensiva e quais seriam as reivindicações mais sentidas em choque com a copa. Para nós, o “coletivo” poderia se tornar o organismo de articulação dessa luta.

Com o enraizamento do movimento, a articulação para funcionar e ser democrática precisava do funcionamento através de delegados de base. Essa nossa defesa, desde o início, esteve em choque com a direção do “coletivo”, que era formada por anarquistas e independentes e que defendiam as reuniões fechadas. A chamada “horizontalidade” impunha as deliberações por consenso, o que sufocava as divergências.

Sabíamos que em um momento inicial seria artificial implantar o funcionamento por delegados. A reunião aberta nesse momento cumpriria o papel de trazer aqueles que estavam nas ruas conosco para organizar e enraizar a luta contra a Copa, além de permitir a disputa da linha política. Então, em uma das reuniões fechadas (a que contou com a maior participação), a nossa proposta de reuniões abertas foi aprovada com sentido de tentar massificar a luta. Após isso, divulgamos em uma manifestação uma das reuniões. Não tardou e na reunião seguinte se deliberou pelo fechamento novamente, voltando ao funcionamento restrito anterior.

A omissão das correntes

Pontos de divergência, como o formato da reunião, eram ditos resolvidos com os acordos de formação do coletivo e que então não seriam mais passíveis de mudança. Por se colocar contra essa imposição burocrática de “quem formou o grupo

é quem decidiu os acordos iniciais imutáveis”, e por sempre colocar as suas divergências, o POR foi em diversos momentos hostilizado acusado de só estar na reunião para causar balburdia, e não para fortalecer o movimento, o que mais tarde levaria a nossa expulsão.

Diferentemente das outras correntes que participavam do “coletivo”, como PSOL, PSTU e MNN, nós não omitíamos nossas divergências. Quando, por exemplo, deliberou-se que os partidos não poderiam levantar suas bandeiras no ato, colocamos claramente que isso era autoritário e um retrocesso histórico para o movimento e que não iríamos acatar tal imposição. Os demais partidos se calaram diante disso, apesar de também descumprirem a deliberação.

A expulsão do POR

Com o caminhar das manifestações e a aproximação da Copa, a organização burocrática foi se fechando cada vez mais em si mesma. Quando aconteceu a reunião que seria aberta e que havia sido divulgada publicamente pelo POR, deliberou-se pelo fechamento da reunião com ataques fervorosos ao POR por “ter colocado em risco a segurança do coletivo”. Deliberou-se também um panfleto e uma comissão de comunicação que se encarregaria de fazê-lo, a qual nos propomos a participar.

A comissão não aconteceu. Já era a segunda vez que tínhamos nos proposto a participar da elaboração do material de divulgação e tínhamos ficados alijados (os panfletos foram escritos). Então fomos convidados a uma “conversa”, pois “existia um desconforto em muitos sobre os nossos métodos”. Ou seja, pretendia-se apagar as nossas intervenções que fossem inconvenientes do ponto de vista deles. Acabamos não participando da conversa e, na reunião seguinte, descobrimos que todos os partidos tinham conversado com eles. O que se discutiu na reunião logo em seguida? A continuidade dos partidos no coletivo. Os “independentes” fizeram um ultimato: ou ficavam eles ou ficavam os partidos. A discussão foi longe e acabou não se deliberando sobre os partidos. Indicou-se ao PSTU que trouxesse para reunião seguinte uma posição sobre se participaria como ANEL ou se fazia questão de participar como PSTU. Tirou-se uma nota dizendo que o coletivo era apartidário. Mas o caso do POR era especial e esse sim teve uma deliberação: expulsão por quebra de confiança. A justificativa? Em essência, a quebra da decisão coletiva de ter reuniões fechadas. O mais grave é que as correntes que ali estavam, de forma oportunista, se calaram e permitiram a expulsão do POR mesmo sabendo a calúnia que era dizer que havíamos quebrado uma decisão coletiva.

Depois da manifestação seguinte, fomos convidados a participar da reunião por um independente, só que como coletivo e não como POR. Levamos um manifesto, que reproduzimos a seguir, e fomos reintegrados.

Na reunião posterior, onde não havia nenhuma partido além do PSOL (LSR) e onde os “independentes” que dirigiam a reunião foram trocados (os que estavam nesta reunião não tinham participado da anterior e os que participaram da última

não estavam nesta), “novamente” fomos expulsos (segundo eles “não havíamos sido reintegrados”). O oportunismo, o autoritarismo e o burocratismo foram às últimas consequências. A LSR-PSOL defendeu que fôssemos “reintegrados novamente”, mas decidiu-se por consenso, menos o POR e a LSR, pela nossa nova expulsão.

A “primeira” reunião aberta e o acerto do POR

Após a “segunda” expulsão do POR, o ato seguinte foi o do dia 29/04. Foi a manifestação que contou com o menor número de participantes até então. O burocratismo da organização das manifestações estava expressando seu esfacelamento e o consequente enfraquecimento dos atos. Então, no dia 03/05, se realizou uma plenária aberta do coletivo. Visivelmente, foi a reunião mais cheia até então. Contou com a participação de

Pela reintegração do POR ao Coletivo

Ao Coletivo Se não tiver direitos, não vai ter Copa

31/03/14

A última reunião do Coletivo deliberou pela expulsão do POR por entender que não somos uma corrente de confiança, porque descumprimos deliberações coletivas. A principal acusação foi a de que divulgamos uma das reuniões do Coletivo, que deveria ser restrita aos grupos de confiança.

Essa acusação não é verdadeira. Na reunião de Itaquera, defendemos que o Coletivo deveria se transformar em um Comitê ligado às bases e que por isso deveria ser amplamente convocado. Nessa reunião, nos ficou claro que as reuniões passariam a ser abertas. As organizações que participam do Coletivo podem comprovar que participamos de várias reuniões fechadas e sempre respeitamos essa forma de funcionamento. A experiência nos mostrou que a forma de um Coletivo fechado impossibilitava os manifestantes identificar uma direção política do movimento. Notamos que a forma dispersa de conduzir os atos e marchas estava esgotada e que era preciso constituir uma direção vinculada mais amplamente possível às bases, que certamente aglutinaria política e organizativamente uma camada de ativistas que não está vinculada ao Coletivo. Ou seja, que as assembleias de base discutam as reivindicações, os métodos de luta e a organização do movimento, indicando representantes. Entendemos que se o Coletivo se assentasse nesse contingente de ativistas, estes, por sua vez, fortaleceriam laços do Coletivo com as massas. Esse é o fundamento político de nos posicionarmos na reunião de Itaquera pela abertura do Comitê. Como as organizações que nos expulsaram do Coletivo podem constatar, temos um posicionamento político que não foi rechaçado na reunião de Itaquera e, assim, não fomos impedidos de divulgar a última reunião.

A acusação de quebra de confiança é grave para uma organização revolucionária como o POR. Rechaçamos terminantemente essa acusação e caso seja sustentada a tomaremos como uma difamação. Quebraríamos a confiança

mais de 50 pessoas e diversos movimentos de luta.

A realidade começou a demonstrar a necessidade de enraizar o movimento, o que mostrou o acerto da política do POR. Tanto foi acertada que, para além do longo tempo gasto nas apresentações, grande parte das intervenções colocou a necessidade de expandir o movimento e de unificá-lo. Nossa intervenção foi aplaudida por falar da necessidade de levar o movimento contra a Copa para as bases em suas assembleias e de começar a organizar isso já a partir dali.

A direção burocrática avizinhou fechar a reunião novamente. Foi rechaçada pela plenária que marcou a próxima reunião aberta para o dia 17.

Está na ordem do dia fortalecer e unificar a luta contra a Copa. Levantar as bandeiras dos explorados e organizar a partir das assembleias é a nossa tarefa.

se na reunião de Itaquera fosse deliberado que o Coletivo continuaria fechado. Isso não ocorreu e, por isso, vimos a essa reunião nos defender e colocar a nossa reincorporação. Queremos deixar claro que não dependemos da participação no Coletivo para convocar, organizar e defender as decisões justas que este deliberar. Nosso esforço de atuar numa frente única de luta com as demais organizações e independentes que compõem o Coletivo se deve à nossa visão de que é preciso constituir uma direção revolucionária no movimento das massas. Não poderíamos nos furtar de participar do Coletivo. E defendemos que os demais partidos que se reivindicam dos explorados também possam participar como tais, sem a fantasia de que os militantes participam como “indivíduos”.

Reafirmamos que a pretendida proibição dos partidos de esquerda levantarem as suas bandeiras é autoritária. Não somos do feitio de se calar diante dos problemas políticos, como esse, e fingir que tudo está bem, e nas manifestações fazer o contrário.

Reafirmamos também que, caso o POR não tenha como aceitar uma deliberação do Coletivo e que esteja impedido de atuar em contraposição, diremos claramente que não mais faríamos parte.

Se o POR tem tantas divergências, por que não deixa o Coletivo? Essa forma de se colocar diante das divergências também é autoritária. Divergências são naturais no movimento. A maneira de resolvê-las é a da democracia operária: discute-se, clareiam-se as posições, vota-se e a maioria deve conduzir a decisão e a minoria deve garantir a frente única sem que tenha de se anular. Não conhecemos outro método democrático. O consenso acaba sendo uma imposição autoritária de uma posição sobre outras. Se há uma coisa que o Coletivo não pode nos acusar é de ter se omitido ou mascarado as divergências.

Sem mais, reivindicamos nossa reintegração como uma forma de reparo de um erro.

Sinpeem - S. Paulo:

Assembleia aprovou a continuidade da greve

Os trabalhadores da Educação municipal de São Paulo, em greve desde o dia 23/4, fizeram nova assembleia no Viaduto do Chá, no dia 7 de maio. Lá, obtiveram nova resposta do governo de Haddad/PT: nada! Nenhuma alteração em relação à última reunião entre governo e sindicato! A reação praticamente unânime dos trabalhadores foi a manutenção da greve. E o magistério foi além: decidiu ocupar a Avenida 23 de Maio, importante via de ligação entre a zona sul e a região central da cidade, numa passeata com mais de 10 mil pessoas, que já entrou para a história da categoria. Para a semana seguinte (13/5), foi marcado novo ato/assembleia, dessa vez na Avenida Paulista.

A administração petista havia proposto um abono salarial de 13,43% para o piso da carreira, isto é, só para as primeiras referências, indicando vagamente a incorporação ao salário somente em 2015, sem falar em quantas parcelas e nem quais os percentuais destas. A categoria se posiciona corretamente contra a política de bônus, prêmios e abonos. Defende a incorporação imediata. E apresenta outros pontos de sua pauta, relacionados às condições de trabalho e outras questões importantes. O governo ignora a maioria dos itens reivindicados e tenta vencer os trabalhadores pelo cansaço com a enrolação nas “mesas de negociação”.

Entretanto, essas manobras têm sido rejeitadas pelo magistério, assembleia após assembleia. A greve tem se fortalecido, apesar da resistência de um setor da categoria. Pesa ainda a memória da quebra da última greve (2013), com uma reposição punitiva de aulas, além da desconfiança com as manobras da direção do sindicato (Sinpeem). Mesmo com esses obstáculos, os comandos de greve têm feito visitas às escolas e convencido mais companheiros a aderirem ao movimento. A presença maciça ao ato do dia 7 deu novo ânimo à categoria, que está avançando na compreensão quanto à necessidade de impor sua soberania nas ruas.

Tem-se confirmado, dessa forma, uma tese que tem sido sistematicamente defendida pela Corrente Proletária na Educação – POR: nenhuma conquista virá sem mobilização, sem a luta independente, no terreno onde só os trabalhadores podem avançar, que é o terreno da ação direta. As mobilizações de junho de 2013, protagonizadas pela juventude, demonstraram o caminho das passeatas, dos bloqueios de avenida etc. Na verdade, é isso o que mostra toda a experiência política da classe operária. A greve passiva é o caminho para a derrota. A realização da marcha pela 23 de Maio e a decisão de parar a Paulista indicam que o professorado está assimilando essa ideia importante.

Falta ainda realizar outro passo importante: romper o isolamento. É necessária uma postura ativa, com uma verdadeira campanha de convocação dos demais setores dos trabalhadores à luta. Temos dois alvos especiais, a Educação estadual e o conjunto do funcionalismo municipal. O maior obstáculo tem sido o corporativismo das direções burocráticas, que sequer convocam suas bases para lutar pelas reivindicações específicas, quem dirá defender a unidade na prática com outros setores.



Sobre a violação da unidade encoberta com gritos de unidade

Diante da reiterada defesa da unidade, feita pela corrente *O Trabalho* (autoproclamada “trotskista”), o POR se vê na obrigação de dar uma resposta. De acordo com os petistas revisionistas, o trabalhador que não aderiu à greve não deve ser tratado como inimigo, pois “somos todos da mesma categoria”. Argumentam que não podemos nos dividir diante do inimigo maior, que é o governo.

De início, precisamos desmascarar essa atitude. Nas assembleias da Apeoesp (rede estadual), essa corrente é a maior opositora da proposta de unificação com os trabalhadores da Prefeitura, uma vez que consideram que são governos radicalmente distintos (o governo estadual está há anos nas mãos do PSDB), tratando de blindar o governo petista. Fez o mesmo no congresso da CNTE esse ano, em Brasília, emblocando com a Articulação Sindical e outros setores do PT em defesa de Haddad. Basta mencionar a moção de repúdio, proposta pela Corrente Proletária, sobre o descumprimento dos acordos da greve de 2013 pelo prefeito, que não foi assinada por *O Trabalho*. Em outras palavras, no Sinpeem posam de oposição, mas em todas as outras instâncias tratam de defender o governo Haddad.

Mas, não se trata apenas de desmascarar seu cinismo político. É necessário explicar que a categoria possui suas contradições, reflexo da luta de classes. É verdade que o governo é nosso maior inimigo. É evidente que existe ainda uma ampla camada de indecisos, de vacilantes, que precisa ser convencida. Por isso continuaremos fazendo as visitas às escolas com os comandos de greve. Mas, unidade não é o mesmo que unanimidade. Não é verdade que “somos todos trabalhadores”. Há agentes do governo infiltrados no movimento, existem professores ideologicamente identificados com a direita. São setores conscientemente contrários à greve, que boicotam a mobilização.

A “decretação” dessa pretensa homogeneidade política desnuda, no entanto, um interesse eleitoral. Como existem setores da Oposição (Chapa 2, da qual o POR faz parte) que

assumiram a postura de denunciar os representantes sindicais e conselheiros que estão furando a greve (denúncia correta), *O Trabalho* resolveu fazer sua demagogia para tentar arrancar uns votos para si. Só posa de oposição ao governo no Sinpeem porque acredita que pode ir acumulando forças até vencer a atual direção nas urnas.

Mas, quem defende os princípios da classe operária não pode obscurecer a realidade, pelo contrário. Deve apontar a

Aspectos de um balanço das eleições na Apeoesp

No momento de fechar o *Jornal Massas*, encerrou-se a apuração das eleições da Apeoesp, ocorrida em 6 de maio. Não há nenhuma surpresa quanto à vitória da chapa 1, diante da fraude montada pela burocracia. Tudo foi feito para que o resultado fosse favorável à continuidade do petismo na direção do sindicato, que congrega cerca de 150 mil filiados. As eleições foram antecipadas do final de maio para o início do mês, dificultando a campanha de setores da oposição. A campanha salarial foi abortada para evitar o desgaste da direção conciliadora, como ocorreu na greve de 2013. As listas de filiações foram entregues nas vésperas das eleições. As urnas, em sua quase totalidade, eram volantes e controladas pela chapa 1, sendo que para boa parte não havia fiscalização. A comissão eleitoral foi formada no Conselho, portanto a maioria era de membros da chapa 1. Nenhuma decisão sobre as eleições (regimento, comissão eleitoral, etc.) foi discutida em assembleia, vetada pela burocracia. Está aí a grande fraude!

Apesar de toda essa parafernália eleitoral, o resultado de 54,9% para a chapa 1, composta pelo PT, PCdoB e O Trabalho, evidencia que mais de 40% dos professores rejeitaram a burocracia, que se mantém no aparelho sindical por mais de trinta anos.

A chapa 1 venceu com o votos do interior

Das 1.749 urnas, 62,66% foram para o interior do estado, isto é, 1.096. A capital contou com 325 urnas, 18,58% e a Grande São Paulo, 328 urnas, 18,75%. Só esses dados são suficientes para mostrar como uma burocracia consegue se manter por tantos anos no poder. Quanto mais distante da capital, mais força tem a chapa 1. Isso ocorre porque se trata de uma massa de professores que pouco ou quase nunca participou de uma assembleia estadual, onde poderia verificar a política da direção do sindicato diante das reivindicações da classe e frente às medidas governamentais. A burocracia explora o conservadorismo dos professores do interior para difamar e combater setores oposicionistas. O voto na chapa 1 expressa tão somente a despolitização dessa camada do professorado. Assim, a chapa 1 obteve 27.632 votos (64,44%).

Numa eleição armada dessa forma, o resultado é previsível. E só não foi maior o resultado da chapa 1 porque a burocracia não consegue fazer a mesma manobra na capital e nos municípios vizinhos. Na capital, a chapa 1 conseguiu 3.848 votos (34,45%) e na Grande São Paulo, 4.498 votos (32,68%). Só obteve a maioria (embora com uma diferença percentual mínima) porque a Oposição compareceu dividida.

Oposição dividida contrariou a vontade da vanguarda que despontou nas lutas

A Corrente Proletária/POR, em jornais anteriores, combateu a divisão aparelhista da Oposição Unificada (nome da chapa em 2011). Divulgou duas cartas abertas conclamando a unidade e a convocação de uma Convenção para aprovar o programa e a composição da chapa, mas não teve força para modificar o curso tomado pelo PSOL (Blo-

democracia operária como forma de resolver as divergências. Deve combater política e ideologicamente os opositores convictos da ação direta. Defender a unidade grevista não é o mesmo que se calar diante dos fura-greves. Significa, isso sim, defender o cumprimento das resoluções aprovadas coletivamente (por exemplo, através dos piquetes). Afinal, o que está em jogo, em última instância, é a defesa do sindicato e da organização coletiva dos trabalhadores.

co de Oposição- chapa 2) e pelo PSTU (corrente que dirige a Oposição Alternativa-chapa 4). Assim, declarou seu voto crítico na chapa 4.

Os resultados eleitorais confirmaram nossa avaliação de que a divisão entre as chapas 2 e 4 era puramente aparelhista, ou seja, de partilha dos cargos na composição final da direção da Apeoesp. Nas escolas, inúmeros professores manifestaram descontentamento com a divisão. Boa parte votou sem saber quais eram as diferenças para justificar a existência de chapas contrárias. Quem se aproveitou politicamente da divisão foi a burocracia, que poderá dizer que obteve a maioria dos votos na capital e na Grande São Paulo, reduto historicamente da Oposição.

Na capital, a chapa 4 obteve 3.532 votos (31,62%) e a chapa 2, 25,60% (25,60%). Unificadas teriam a maioria. Na Grande São Paulo, a chapa 2 teve 4.498 votos (32,18%) e a chapa 4, 3.616 votos (26,28%), que somados fariam a maioria também nesses municípios. Como se vê, a chapa da burocracia só alcançou a maioria apertada porque a oposição se estilhaçou.

Não nos referimos a chapa 3, do PCO, porque essa corrente já compareceu dividindo a frente oposicionista em 2011. Mas é bom observar que os votos do PCO também vieram do interior, porque na capital teve 547, na Grande São Paulo, 679 e no interior, 2.213 votos. Esses micro-divisionistas da oposição se aproveitam da despolitização do professorado do interior que os confunde como parte da Oposição. Sem dúvida, a própria divisão promovida pelo PSOL e PSTU incentiva os micro divisionistas empedernidos.

Por fim, também confirmou nossa avaliação de que não havia uma tendência ao voto nulo/branco nas eleições. Os dados indicaram essa previsão: capital, 384; na Grande São Paulo, 541; no interior, 1.264 votos.

Responsabilidade política da Oposição

Certamente, apenas as restrições à democracia sindical e as falsificações da direção petista da Apeoesp não explicam o resultado. A Oposição deve ser responsabilizada por esse retrocesso político. Após as eleições de 2011, as duas correntes majoritárias da Oposição – PSTU e PSOL – se mostraram incapazes de responder aos problemas estratégicos da educação e de combater as manobras da burocracia. Sempre se uniram circunstancialmente no período eleitoral. Negaram-se a manter a unidade oposicionista sobre a base de um programa de reivindicações e do método da ação direta.

Esse tipo de unidade em que passadas as eleições se dissolve é típica de correntes aparelhistas. Não estão empenhadas em construir uma direção revolucionária para o sindicato, portanto uma direção programática. Nos momentos de conflito com a burocracia, particularmente nas greves, a Oposição comparece estilhada e quase sempre um de seus setores se aproxima da burocracia (ou para pôr fim à greve, recorrer à Justiça, não radicalizar a luta direta, etc.). Observa-se que tanto o PSTU quanto o PSOL se acomodaram no poderoso apar-

to da Apeoesp, entrincheirando-se em suas regionais e como minoria na direção (agarram-se ao aparato para fazer sua política).

Sempre nos foi claro que os reformistas e centristas não podem desenvolver uma política frentista que imponha a unidade oposicionista diante da burocracia por meio de um programa, das reivindicações e do método. A rigor, não houve uma divisão da Oposição. A unidade eleitoral anterior, ao não expressar o programa e a tarefa de construir uma direção classista, não passou de uma junção e partilha dos cargos. Sempre o PSOL e PSTU se negaram a convocar a plenária que decidisse sobre o programa e a chapa. A plenária convocada advém de um acordo pré-estabelecido entre esses dois partidos, com a

condição de não se decidir sobre a composição da chapa. Desta vez, o PSOL decidiu medir forças de aparato, separando-se do PSTU. O cálculo do PSOL era que sua chapa 2, “Bloco de Oposição”, teria mais votos e assim maior porcentagem na participação do aparato do que se estivesse unificado com o PSTU.

É necessário que a vanguarda combativa dos professores avaliem corretamente a cisão e suas causas. Não se trata de lamentar, mas de compreender politicamente a crise de direção revolucionária que atinge o sindicalismo como um todo. Ou fortalecemos a Corrente Proletária na Educação, transformando-a em uma fração de massa no seio da Apeoesp ou a burocracia continuará dominando.

Ceará

Avançam as bandeiras do POR no seio dos professores da rede estadual de ensino

A Corrente Proletária na Educação/POR, desde a greve de 2011, já vinha debatendo e discutindo com os professores as seguintes reivindicações: efetivação e estabilidade de todos os professores de contrato temporário e salário vital no início da carreira.

No zonal da região V, especificamente no Conjunto Esperança, depois de vários debates, os professores aprovaram a bandeira de efetivação de todos os professores de contrato temporário, mais incluindo um adendo: que tivessem “pelo menos um ano de contrato no magistério estadual”. Como também a categoria encampou a defesa do salário vital no início de carreira. Que nenhum professor ganhe menos que R\$ 4.200,00,

Ocorre também avanços na Rede de Zonais, que congrega todos os zonais de Fortaleza e alguns municípios da região metropolitana (Caucaia e Maracanaú etc), ou seja, a vanguarda

dos professores da rede estadual. Após vários debates, conseguimos que fosse aprovado o salário mínimo vital de R\$ 4.200 no início de carreira.

No zonal da região III, onde o PSTU tem grande influência conseguimos polemizar com os morenistas sob o salário vital e, principalmente, a defesa da efetivação de todos os professores temporários. A CSP-Conlutas era contra a defesa dessas bandeiras e impedia que fossem à votação, argumentando que havia poucos professores e não havia discussão suficiente na base para colocar em votação.

Podemos concluir disso: a Corrente Proletária na Educação/POR tem desenvolvido um trabalho que permitiu que a categoria compreendesse suas consignas. Estas bandeiras estão ligadas ao debate feito na categoria sobre a crise do capitalismo e a necessidade da revolução proletária.

Eleição do DCE da UERN: o POR apoia a chapa 2 oposicionista “união e ação”

O Partido Operário Revolucionário (POR) está apoiando a chapa 2 de oposição a direção atual do DCE da UERN, “União e ação”, não só porque possui membros da Corrente Proletária Estudantil (CPE) em sua composição. Mas principalmente porque os estudantes da CPE deram duro bastante para a formação de uma chapa que afirmasse a luta coletiva de massas nas ruas com ação direta, em contraposição ao movimento estudantil dirigido para o fortalecimento de candidaturas aos cargos eletivos do sistema parlamentar capitalista.

A CPE não teria conseguido formar a chapa, de todo modo, apesar de sua luta e disposição, se não houvesse um grupo de estudantes que compreendessem a necessidade de formar uma chapa de oposição à direção atual do DCE da UERN.

A Juventude do PT, JPT, dirigentes do DCE da UERN, passaram o ano de sua gestão sem organizar a luta estudantil coletiva por suas reivindicações. Preocupados com a disputa eleitoral para a prefeitura de Mossoró, dirigiram todos os seus esforços no fortalecimento de seu vereador na cidade como futuro candidato ao executivo municipal. Dessa forma, organizaram o movimento Pau de Arara, aproveitando as mobilizações de junho de 2013, e o canalizaram para a performance parla-

mentar de seu vereador na Câmara. Enquanto isso, a UERN ficou à margem de suas intenções.

Eleitores como são, abrindo as eleições para a sucessão da direção do DCE, colocaram faixas como “RU é nosso direito”, “Diminuição do valor da Xerox” e outros. Aonde eles estavam durante o ano passado? Não prestam contas de suas atividades políticas aos estudantes, não explicando porque não lutaram por essas bandeiras antes.

A chapa 2 de Oposição, “União e Ação”, não luta pela diminuição do valor da Xerox. Eles querem o fim da mercantilização dos espaços públicos. As copiadoras vivem da exploração dos estudantes. Ao exigir um pagamento pelo material didático, o direito a educação é restringido pelas condições monetárias de cada estudante. A defesa da distribuição gratuita do material didático corresponde a luta pela manutenção da Universidade enquanto pública e gratuita. Além disso, defende as condições de vida das famílias dos estudantes trabalhadores, ao impedir a diminuição do seu salário ao não ter que arcar com rios de dinheiro de cópias dos textos das disciplinas.

Nos dias 15 e 16 de maio, vote chapa 2 “União e Ação” em prol de um movimento estudantil baseado na ação direta coletiva.

Assembleia da APUB aprova paralisação para o dia 21 de maio superando todas as tentativas de manobra da direção sindical

No dia 06 de maio, ocorreu uma assembleia da APUB sindical com a seguinte pauta: campanha salarial, carreira e condições de trabalho. Após as intervenções, foram encaminhadas as propostas para apreciação do plenário. Dentre as propostas aprovadas está a paralisação da UFBA no dia 21 de maio em conjunto com os docentes das demais Universidades Federais, deliberada na reunião do setor das IFES ligada ao ANDES-SN nos dias 26 e 27 de abril, contando com a representação de 43 seções sindicais. Deliberamos em assembleia anterior realizada no dia 24 de abril a participação de um docente da UFBA nesta reunião.

A aprovação da paralisação foi muito tensa, pois a data coincide com um dos dias da consulta para reitor da UFBA que ocorrerá nos dias 20 e 21 de maio, com a participação de 4 chapas, todas alinhadas com a política do governo Federal e Estadual. A Corrente Proletária na Educação-Universidade/POR tem divulgado a proposta do governo tripartite. Defendeu na assembleia a paralisação para o dia 21, demonstrando o caráter oportunista da direção da APUB que coloca a eleição para reitor acima das necessidades da categoria. No dia seguinte à assembleia, a diretoria da APUB publicou seu boletim eletrônico com o título: **“Assembleia aprova paralisação no dia de consulta para reitor”**, com uma clara tentativa de desqualificar a deliberação da assembleia.

O que chamou atenção foi o fato de que a proposta de paralisação para o dia 21 de maio não teve o apoio de um setor da oposição, dentre eles o PSTU, que votou contrário a paralisação, chamada pelo ANDES/SN, acompanhando a proposta de um professor do Instituto de Física, que tentou conciliar com a direção, defendendo a realização de uma assembleia antes do dia 21 para decidir sobre a paralisação, supostamente mais representativa. O problema não residiu no esvaziamento da assembleia na hora da votação, pois havia uma tentativa clara de não por em votação a proposta, e parcela da oposição que havia aprovado em assembleia anterior dia 24 de abril a criação

de comissão de mobilização, sequer se reuniu.

O POR fez o chamado para a reunião da comissão de mobilização e não teve qualquer resposta. Percebeu-se claramente que o objetivo era empurrar a Assembleia para uma nova data e lotá-la, com o firme propósito de não aprovar a paralisação em função da consulta a reitoria. O POR afirmou que o calendário do movimento não pode ser atrelado à consulta para reitor. Numa clara manobra, o boletim da direção da APUB afirma: “A diretoria da APUB argumentou, sem sucesso, que a paralisação em plena eleição para Reitor seria desconsiderar a realidade, pois, este seria, exatamente, momento de maior mobilização da comunidade universitária; e que considerava fundamental o fato de que a proposta de parar não constava na pauta aprovada na AG e que a categoria não tinha sido informada”. Pura manipulação. Na verdade, a diretoria não faz qualquer esforço para mobilizar a categoria, pois apoia a política do governo federal de Dilma Rousseff (PT) para a universidade. Além disso, está envolvida na eleição para reitor, que para ela é mais importante do que a luta docente.

A proposta de paralisação do dia 21 foi apresentada como proposta de encaminhamento pela militante do POR e reforçada por outros professores presentes na Assembleia, entre eles militantes do PCB e independentes. Apesar das manobras, a proposta foi aprovada. Além da paralisação aprovamos uma próxima assembleia para o dia 14/05 para discutir a pauta local aprovada na greve de 2012. Aprovamos a reunião da comissão de mobilização para o dia 07/05 para definirmos nossas ações de mobilização tanto para a assembleia como para a paralisação no dia 21 de maio. Na reunião foi tirado um panfleto, calendário de passagens em sala de aula e a próxima reunião da comissão prevista para o dia 13/05. Temos a tarefa hercúlea de construirmos a paralisação dos docentes no dia 21 de maio diante de todas as tentativas liquidacionistas da direção e seus satélites que colocam a farsa da consulta para reitor acima da luta da categoria.

Eleições para a direção do ANDES-SN

Tarefa: defender o ensino público, construir uma direção revolucionária

Nos dias 13 e 14 de maio, ocorrem as eleições para a direção do Andes-SN no período de 2014 a 2016. As eleições ocorrem no contexto da crise mundial do capitalismo, que impacta na educação pública e expande o ensino privado. No caso do ensino superior público, são muitos os problemas: corte de verbas do orçamento, imposição do REUNI, FUNPRESF e EBSEERH, financiamento das universidades privadas, precarização de condições de trabalho e estudo, falta de professores, destruição de direitos sociais, ataque à restrita autonomia universitária, fim da paridade entre ativos e aposentados, avanço das fundações privadas, entre outros.

Durante o 33º Congresso da entidade, realizado de 10 a 16 de fevereiro, em São Luís-MA, foi inscrita apenas uma chapa, chamada “Andes-SN de luta e pela base” e apresentados os nomes para a direção nacional. Apesar de não aparecerem abertamente ligados aos partidos, sabe-se que a chapa é composta basicamente por pessoas

ligadas ao PSol, “independentes” e outras forças políticas. Portanto, trata-se de uma chapa que dá continuidade à política para a educação e a universidade desenvolvida atualmente pela direção do Andes.

A chapa única reflete o domínio do reformismo e do burocratismo

A existência de uma única chapa nestas eleições expressa a predominância da política reformista do PSol e de uma parte dos “independentes” no Andes. Apesar de alguns integrantes da chapa não fazerem parte da atual direção nacional, já figuravam nas direções regionais e integravam o coletivo que dirige a entidade. Observa-se apenas a alternância de pessoas nos cargos da direção nacional, sem que haja de fato uma renovação da direção ou a mudança de política.

A política do PSol é caracterizada pelo programa adaptado à coexistência do ensino público com o privado e pelo apego às ações

institucionais nas mesas de negociação e pela pressão parlamentar. Apenas sob pressão das bases radicalizadas diante dos ataques à educação e das manobras nas “mesas de enrolação” dos governos federal e estaduais, a direção é forçada a desencadear os movimentos grevistas. A greve nacional de 2012 é um exemplo de como as bases forçam a direção do Andes a ir além do que realmente desejava.

A direção do Andes não trava claramente uma luta tenaz contra o ensino privado, defendendo apenas genericamente uma posição contra a mercantilização do ensino. Não levanta a bandeira de estatização do sistema privado de ensino, sob controle dos que estudam e trabalham, e, por isso, é impotente quanto à defesa enérgica do ensino público, contra o avanço da mercantilização e desnacionalização do ensino no país.

Os critérios burocráticos de formação de chapa nacional e regionais, com 83 nomes no total, dificultam ou impedem que as demais correntes, entre elas a Corrente Proletária na Educação/POR, possam organizar uma chapa de oposição, que defenda claramente um programa revolucionário e proletário para a educação e universidades, que combata o ensino privado e as medidas de ataques dos governos e que se apoie na ação direta das bases (manifestações, ocupações, greves), sem qualquer ilusão nas negociações de cúpula com os governos ou nos métodos institucionais e parlamentares de conciliação de classe.

Como se explica a impotência do PSTU diante da direção do Andes

A clara exclusão do PSTU da construção da chapa para o Andes pelo PSol e “independentes” é um indício do método utilizado por essa chapa. Mas há um problema de fundo que é preciso analisar. Por que o PSTU, que dirige o coletivo “Andes em luta”, não é capaz de constituir um polo de oposição à política reformista e aos métodos institucionais/parlamentares do PSol à frente do Andes? A razão se encontra no fato do PSTU se submeter à política do PSol dentro do Andes e não se diferenciar do ponto de vista do programa para a educação, particularmente, para as universidades, de sua prática no interior do movimento docente.

Além disso, o Andes constitui um importante suporte da CSP-Conlutas, de modo que a sua eventual saída causaria um grande enfraquecimento da entidade, que foi fruto da política divisionista do PSTU. De fato, o PSTU se encontra impotente diante do PSol no Andes, não combate a política reformista da direção da entidade e as tendências conservadoras de uma parte da categoria. Ao contrário, se apoia no suposto conservadorismo para defender posições adaptadas ao reformismo. Tem receio de que o combate frontal à política da direção do Andes leve a um processo de acirramento das posições e à tentativa de desligamento frente à CSP-Conlutas.

Apesar de ter apresentado no último Congresso um texto de resolução com a defesa do Andes sem a figura do presidente e a proporcionalidade de chapas nas eleições, correu até o último minuto atrás do PSol para formar uma chapa. Foi rejeitado pelo PSol e pelos “independentes”. O PSTU está, portanto, de mãos e pés atados diante da política da atual direção.

Defender a política revolucionária para a educação Constituir uma direção revolucionária para o Andes

A Corrente Proletária na Educação/POR, desde o início de sua intervenção no movimento docente nacional, nos Congressos e reuniões convocados pelo Andes-SN e pelas regionais tem defendido claramente um programa revolucionário para a educação e, particularmente, para as universidades, combatendo a política reformista das direções, que travam o avanço na organização e combatividade

do movimento docente. Combate igualmente o governismo do PROIFES e das direções ligadas a essa entidade criada pelo governo petista para dividir o movimento docente.

Ao contrário de justificar o conservadorismo no seio dos professores, trabalha por desenvolver a consciência política coletiva das bases da necessidade de combater o ensino privado e a mercantilização da educação por meio da estatização do sistema privado de ensino, sob controle dos que estudam e trabalham, e da conquista da real autonomia universitária, por meio do método da ação direta, da organização, mobilização e da luta de classes.

É preciso constituir uma direção revolucionária para o movimento docente por meio do trabalho paciente nas bases. Sem essa tarefa, o Andes continuará sob a política do reformismo e as bases docentes sob ataque dos governos. Diante dessa realidade, a CPE/POR chama os docentes a votar nulo nas eleições dos dias 13 e 14, a constituir uma direção revolucionária para o movimento docente, que levante as seguintes tarefas:

- 1) Avançar coletivamente na organização, mobilização, aprovando um plano de lutas e campanhas em defesa das nossas reivindicações contra os ataques dos governos federal e estaduais;
- 2) Assumir uma posição clara em defesa da Universidade Pública contra o ensino privado e a política privatista e de desnacionalização da educação dos governos federal e estaduais;
- 3) Defender a autonomia universitária como autogoverno. Combater a burocracia e se colocar por um Governo Tripartite de estudantes, professores e funcionários, subordinado à Assembleia Universitária, com voto universal e mandato revogável;
- 4) Defender o financiamento público integral das Universidades, com orçamento elaborado por quem estuda e trabalha. Fim imediato dos subsídios e financiamentos à educação privada. Cancelamento das dívidas dos estudantes do sistema privado. Incorporação dos estudantes do ProUni e do FIES ao sistema público de ensino. Expropriação, sem indenização, da rede privada de ensino.
- 5) Rejeitar o Ensino a distância. Fim imediato do ensino a distância nas universidades públicas. Revogação da legislação que implanta o EaD. Expropriação das empresas que o exploram.
- 6) Rechaçar integralmente o PNE por ser privatista e mercantilista, por consolidar a coexistência do ensino privado e público e por não corresponder às transformações democráticas e científicas pelas quais deve passar o sistema educacional brasileiro.
- 7) Lutar por um sistema único de ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social.
- 8) Defender a unidade da categoria docente em nível nacional e local, unificação com as lutas estudantis e dos técnicos-administrativos, contra as tentativas de divisionismos existentes;
- 9) Lutar contra o processo de burocratização e estatização das organizações e entidades sindicais. Libertar as organizações sindicais das burocracias estatizantes. Conquistar a independência política dos sindicatos diante da burguesia e de seu Estado;
- 10) Combater a criminalização e judicialização dos movimentos sociais, populares, sindical e grevista. Defender o direito de livre expressão, manifestação, organização e de greve. Derrubar a indústria das multas que penalizam as greves;
- 11) Defender a unidade organizativa dos trabalhadores contra a fragmentação e divisionismo das burocracias. Por um congresso de unificação e constituição de uma única central sindical, democrática, combativa e de luta, independente dos governos e partidos burgueses;
- 12) Derrubar a Reforma da Previdência, o FUNPRESP e a EBSERH por meio da luta de classes, sem qualquer ilusão no parlamento, no governo e na Justiça burguesa (STF).

Caravana da Educação Federal e Marcha dos Servidores públicos apontam para necessidade de intensificar a mobilização e unificar o movimento grevista

No dia 6 de maio, foi realizada, em Brasília, a Caravana da Educação Federal, convocada pela Fasubra (em greve desde 17 de março), Sinasefe (em greve desde 21 de abril), Andes-SN, ANEL e Oposição de Esquerda da UNE. Cerca de mil manifestantes se concentraram em frente ao MEC e cobravam uma reunião com o ministro da Educação, José Henrique Paim, para abrir negociação sobre a pauta das categorias. A mobilização foi nitidamente insuficiente para pressionar o ministro a receber os setores em luta. Chamou a atenção a ausência dos estudantes, sobretudo da ANEL. Da oposição de Esquerda da UNE, apenas os militantes da CST-PSol estavam presentes (vamos à luta). As falas dos presentes denunciaram as perdas salariais, ausência de database, privatização da saúde e educação, ataque às condições de trabalho e estudo, destinação de metade do orçamento federal para amortização de juros da dívida e os mais de R\$ 30 bilhões para a Copa do Mundo. Babá, do PSol, também esteve presente com o bloco dos “Unidos para Lutar”, fez uma fala eleitoreira e moralizante em que atacou principalmente a questão da corrupção do governo do PT.

Marcha na Esplanada

No dia seguinte, mais categorias se somaram em uma marcha dos Servidores Públicos federais. Foram cerca de 1.500 presentes. A Fasubra e Sinasefe, durante a madrugada, organizaram um bloqueio às entradas do Ministério do Planejamento. Esta ação, junto com a marcha, garantiu que representantes dos Comandos Nacionais de Greve fossem recebidos pelo **Secretário** de Relações do Trabalho. A única resposta, porém, foi a de que “há pouca margem de manobra” e que haverá uma nova reunião daqui a 15 dias. Pela tarde, a plenária dos SPF reafirmou a realização das mobilizações nos estados nos dias 15 de maio, Dia Internacional de Luta Contra as Remoções promovidas pela Copa do Mundo, e no primeiro dia do mundial, 12 de junho.

Apesar das inúmeras falas que apontavam a necessidade de unidade e intensificação da mobilização, é possível ver que as iniciativas mais radicalizadas que apostem na ação direta são raras. E, por parte das inúmeras entidades vinculadas a diferentes centrais, não houve nenhuma sinalização concreta de como unificar os trabalhadores, o que deveria passar pela realização de um congresso de base que unificasse as centrais sindicais em uma só entidade nacional.

A Corrente Proletária na Educação/POR participou com a distribuição de um manifesto, que reproduzimos abaixo:

MANIFESTO

Aos participantes da Caravana Nacional da Educação e à Marcha dos Servidores Públicos Federais

Crise Mundial e o ascenso da luta de classes

A Caravana Nacional da Educação e a Marcha Nacional dos Servidores Públicos Federais ocorrem no contexto de aprofundamento da crise mundial do capitalismo e de ascenso da luta de classes. Avançam o desemprego, a miséria, a fome e a opressão. Os governos saem em defesa dos interesses dos conglomerados capitalistas nacionais e internacionais, aplicando medidas antipopulares contra os trabalhadores e demais explorados. Aplicam as reformas que restringem ou destroem direitos sociais e trabalhistas conquistados ao longo de décadas pelos movimentos sociais. O resultado é que, apesar dos profundos ataques ao proletariado e demais assalariados, as dívidas públicas de todos

os países só fazem crescer, potenciando ainda mais a crise econômica internacional.

No Brasil, não tem sido diferente. A economia expõe claramente os efeitos da crise mundial, os trabalhadores são ameaçados de demissão, a inflação tem crescido, a taxa de juros aumentou nos últimos meses, enfim, o custo de vida tem se tornado insuportável para as famílias trabalhadoras. As demissões na GM e as ameaças de demissões na Volkswagen e Petrobrás demonstram o avanço da crise. Para enfrentar estes ataques, é preciso superar a fragmentação entre os explorados, trabalhar pela unidade e pela construção de uma direção revolucionária capaz de romper com a colaboração de classes montada pelo PT e burocracias sindicais.

Os trabalhadores, a juventude, os servidores públicos e o campesinato têm demonstrado disposição para lutar contra as medidas de ataque do governo contra os direitos e conquistas sociais. As greves de 2012, as mobilizações do funcionalismo federal, estadual e municipal, as ocupações de terras, a juventude ocupando reitorias, as manifestações de junho e julho são algumas das lutas travadas no país, desde a eclosão da crise mundial. O Governo Federal de Dilma Rousseff (PT) e demais governos estaduais e municipais tentam conter o inconformismo dos servidores e docentes por meio das “mesas de enrolação”, para evitar um movimento nacional grevista.

Ataques aos Professores e Servidores Federais

Os docentes e Servidores Federais têm sofrido na pele os efeitos da crise internacional e os ataques dos governos. O governo anula a autonomia universitária, impõe o Funpresp e a privatização dos Hospitais Universitários, mantém as fundações privadas, corta recursos para a educação e universidades. Com os servidores públicos federais não ocorre de maneira diferente. O governo, por meio do MPOG e MEC, não chega a qualquer resultado que contemple as reivindicações dos servidores federais.

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais levantam as seguintes reivindicações: 1) definição de data-base (1º de maio); 2) política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações; 3) cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados; 4) contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; 5) retirada dos PLPs, MPs, decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; 6) paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas; 7) reajustes dos benefícios; 8) antecipação para 2014 da parcela de reajuste de 2015.

Trata-se de clara comprovação de que por meio das “mesas de enrolação” do governo federal não é possível se arrancar as reivindicações de professores e demais servidores federais.

É necessário avançar: UNIFICAÇÃO DAS LUTAS E AÇÃO DIRETA

Limitar as campanhas salariais e apostar todas as fichas no processo de negociação com o MEC e o MPOG sem avançar os métodos de luta levará à derrota dos professores e servidores federais. É preciso unificar as lutas do conjunto do funcionalismo federal e dos professores por meio da mobilização, da organização e das ações concretas como manifestações, passeatas, ocupações e a construção de uma greve geral para arrancar do governo as reivindicações mais sentidas

pelos servidores. O governo federal, com o auxílio das burocracias sindicais, continuará negociando separadamente e dividindo o conjunto dos servidores e professores, de modo a debilitar e restringir sua capacidade de luta.

O Partido Operário Revolucionário (POR) defende que o Governo Dilma (PT) atenda imediatamente as reivindicações dos professores e servidores federais. Porém entende que é necessário articular a luta do funcionalismo à defesa da vida dos explorados do país. Por isso, defendemos as seguintes reivindicações:

1. Pelo salário mínimo vital de R\$ 4.200,00. Escala móvel de reajuste diante da alta do custo de vida. Estabilidade no emprego diante da ameaça de demissões. Escala móvel do trabalho para que todos tenham emprego. Fim das contratações terceirizadas, com efetivação imediata dos trabalhadores terceirizados;
2. Por um sistema estatal único de educação e saúde, sob o controle da classe operária e dos demais trabalhadores. Fim do sistema privado de educação e saúde. Acesso a todos à educação e à saúde;
3. Plano de moradia popular, sob o controle dos sem-teto. Expro-

priação dos imóveis utilizados para a especulação e para lazer. Nenhuma família sem habitação digna;

4. Estatização dos transportes públicos, sob o controle operário. Passe livre para desempregados e estudantes;
5. Revogação de todas as leis repressivas. Direito irrestrito de greve e manifestação. Fim da opressão policial sobre a população pobre. Igualdade racial e de sexo. Desmantelamento da Polícia Militar e constituição de Comitês de autodefesa. Constituição de um Tribunal Popular que investigue e julgue as arbitrariedades e os crimes da burguesia;
6. Terra aos camponeses. Expropriação sem indenização dos latifúndios. Nacionalização das terras. Implantação da produção social na agroindústria;
7. Entrega das terras territoriais às nacionalidades indígenas. Fim da opressão estatal e latifundiária sobre os índios;
8. Expropriação das multinacionais, do grande capital nacional associado e do capital financeiro. Estatização sob o controle operário;

Eleição do DCE da USP: mantém-se o controle da aliança reformismo/centrismo

As eleições ao DCE da USP deste ano mostraram: 1) que foram decididas a partir do controle dos centros acadêmicos pelas principais forças em disputa; 2) que esse controle reflete uma divisão entre os estudantes dos cursos de composição mais abastada (direita) e os de classe média reformista (divididos entre o petismo e a aliança reformista/centrista) 3) que não expressaram a mobilização do ano passado, que se polarizou entre a atual direção e a oposição – não houve uma parcela expressiva de estudantes que se colocasse pelo governo tripartite, pela resistência à repressão etc.; 4) que as chapas da esquerda não foram capazes de construir uma oposição de luta unificada, principalmente porque parte dessa esquerda (LER, MNN) compõe o campo do reformismo da universidade, e orbita o PSTU, que integra a atual direção; 5) que o POR não conseguiu se enraizar entre os estudantes e fazer com que se expressasse na disputa pelo DCE a luta pela construção de uma direção revolucionária para o movimento estudantil.

O que refletiu a votação

Dentre oito chapas disputando, a chapa vencedora, da aliança PSol/PSTU, obteve 4.991 votos, quase 50% do total. Em segundo lugar, a chapa da direita, teve 2.405 votos, e, em terceiro, a da Consulta Popular/PT, teve 2.107 votos. As demais chapas tiveram pouca expressão: LER: 387 votos; Território Livre, 182 votos; PPL/PCdoB: 86 votos; Frente Poder Estudantil (POR/independentes): 46 votos; PCO: 29 votos.

O mapa eleitoral corresponde ao controle dos centros acadêmicos dos cursos. A direita tem expressão em poucas unidades, as mais elitizadas: Medicina, Economia, Enfermagem, Escola Politécnica, Ribeirão Preto. Esse grupo expressa uma pequena burguesia abastada, que se coloca politicamente em apoio aos partidos da direita burguesa (PSDB/DEM). A maioria dos CAs está sob controle da aliança PSol/PSTU. Junto a estes, a Consulta/PT controla alguns CAs importantes. A maioria desses CAs expressa a classe média politicamente identi-

ficada com o reformismo da universidade. O centrismo do PSTU se adapta a essa política, submetendo-se ao reformismo do PSol.

As correntes de esquerda LER/MNN orbitam politicamente o centrismo do PSTU. Embora, sob a pressão do movimento, se manifestem circunstancialmente em oposição às posições conciliadoras da direção, nos demais momentos elas se posicionam na margem esquerda do mesmo campo reformista da chamada democratização da universidade burguesa.

As eleições do DCE mostram que os estudantes se dividem principalmente entre a política pequeno burguesa que concilia com a casta burocrática em busca da democratização da estrutura autoritária de um lado e a parcela mais abastada que se identifica com a política burguesa privatista.

A corrente revolucionária, que expressa a política do proletariado de defesa da real autonomia e democracia universitárias (ou seja, a universidade sob controle coletivo dos que estudam e trabalham em oposição à burguesia e seus governos e em unidade com a classe operária), não conseguiu expressar essa posição em votos nas eleições. Embora tenha conseguido expressar politicamente, durante o movimento grevista de 2013, o profundo choque entre as necessidades mais sentidas pelos estudantes e a intransigência da casta burocrática e privatista (choque se concretizou na reivindicação de uma universidade sem reitor, sob o governo tripartite subordinado à assembleia geral universitária), o POR não conseguiu expressar essa disputa na eleição do DCE. Seu chamado à unidade da oposição contra a direção conciliadora obteve como resposta das correntes o divisionismo. E só foi possível inscrever uma chapa para defender as bandeiras do movimento de 2013 por conta da resposta positiva de estudantes independentes ao chamado de unidade feito pelo POR.

Uma eleição sem disputa programática real

A eleição do DCE foi organizada de forma a impedir que se processasse um debate e uma disputa de programa real entre os estudantes.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

O tempo entre a inscrição efetiva das chapas e a eleição foi de cinco dias úteis, seguido de três dias de eleição. A maioria dos debates entre as chapas foi chamado nos dias de votação. As urnas e o processo eleitoral estão sob controle de CAs escolhidos a dedo, controlados pelas correntes majoritárias, as demais chapas nem mesmo compõem a comissão eleitoral. Em alguns cursos, as urnas foram abertas de acordo com as necessidades e conveniências da direção do CA. Na Física, por exemplo, as urnas do noturno só foram abertas no último dia.

As eleições feitas a toque de caixa e controladas pelas direções dos CAs só podem expressar em seus números o controle dessas correntes e a ausência de uma fração revolucionária enraizada entre os estudantes.

Eleições à margem da luta

A grande mobilização estudantil de 2013, com greve em 60 cursos, ocupação da reitoria e manifestações massivas nas ruas, aprovou bandeiras de ruptura com o controle da burguesia sobre a universidade. Esse movimento contou com a participação ativa de uma vanguarda radicalizada. Essa vanguarda se chocou durante toda a mobilização contra as posições conciliadoras da direção (PSol/PSTU). Ao ponto de não aprovar nas assembleias gerais nem o fim da greve e ocupação, nem a aprovação do acordo imposto pela reitoria e defendido pela direção. Mas essa vanguarda não se expressou nas eleições do DCE. A massa estudantil que votou o fez sob o controle das direções dos CAs. A dissociação entre as eleições do DCE e a disputa de posições no movimento revelam uma separação entre a direção e a mobilização, de um lado; de outro, a falta de organização e enraizamento entre os estudantes da corrente revolucionária que expressa as posições de radicalização nas mobilizações.

O divisionismo das esquerdas

O POR fez uma campanha desde o início do ano pela formação de uma chapa de oposição. O chamado do POR teve como resposta o sectarismo ou a omissão por parte das correntes. A LER respondeu que defendia uma chapa de unidade, mas com parte da atual direção (PSTU) e sem parte da oposição (POR e PCO). O pretexto para não unir-se ao POR foi o fato deste defender o socialismo, até nas eleições

para o CA. O MNN sequer respondeu ao chamado de unidade, mas se deu ao trabalho de responder ao da LER, a partir da crítica ao seu reformismo e de ataque reacionário à bandeira da estatização. O PCO chegou a participar de reuniões para formar uma chapa conjunta, mas abandonou sem explicações para formar sua própria chapa.

A divisão das esquerdas, mais preocupadas em fazer suas campanhas alheias ao movimento real dos estudantes, mostra que não são alternativa de direção à aliança reformista/centrista que dirige o DCE.

O PCO fugiu da disputa

O PCO se negou à unidade opositora e inscreveu sua chapa contra ela. Tentou se aproveitar eleitoralmente da aprovação do Governo Tripartite no movimento, bandeira contra a qual votou nas duas assembleias que antecederam a greve (numa, votou a estatuinte da LER, na outra votou seu governo proporcional contra o Tripartite). Sabia dos prazos restritos e da eleição manipulada, que não foi alterada em nenhum momento. No segundo dia da eleição, anunciou que se retirava da disputa, na tentativa de criar um fato eleitoral. Revelou-se uma corrente eleitoralista inconsequente e oportunista.

Somente sob a política proletária será possível construir uma direção de luta

A baixíssima votação da chapa defendida pelo POR revelou, de um lado, a falta de penetração da política proletária entre a massa estudantil, que se dividiu principalmente entre as políticas conciliadoras do reformismo/centrismo e a direita burguesa. De outro, que houve pouco empenho da militância na campanha, apesar do acerto da defesa da chapa unitária de oposição, rejeitado pelas correntes que orbitam o centrismo.

A construção de uma direção de luta depende de fazer com que a política proletária, que foi assumida em algumas de suas bandeiras e métodos de luta por uma vanguarda mobilizada no ano passado, ganhe expressão organizativa numa fração revolucionária que avance na organização dos estudantes desde as salas de aula, passando pelos CAs, até a disputa pelo DCE. Essa é a tarefa colocada para a Corrente Proletária Estudantil.

Oposição derrota estalinismo nas eleições da Associação de Moradores do CRUSP

Nos dias 8 e 9 de maio, ocorram as eleições para a AMORCRUSP (Associação de Moradores do Conjunto Residencial da USP). Havia apenas duas chapas inscritas: a *Construção Coletiva*, chapa de continuidade da gestão, que tinha à frente os estalinistas do PCR, e que já perdurava por 2 anos e meio; e a *Acorda CRUSP!*, chapa de oposição que tem o nome em referência aos gritos usados para convocar os moradores à defesa das ocupações estudantis no momento das reintegrações de posse, apoiada pelo POR.

Do total de votos da eleição (361), a situação teve apenas 116, ou seja, menos da metade dos votos da oposição (239). Esse resultado mostrou, por um lado, a tremenda insatisfação dos moradores com a política conciliadora e imobilista levada pela gestão do PCR e, por outro, o apoio à oposição, que se colocava por retomar a vida política do CRUSP através da mobilização.

A chapa de oposição é composta majoritariamente por independentes, mas conta com a participação do POR e do PCO. Em seu programa político, faz a defesa da democracia estudantil e a mobilização coletiva em defesa das reivindicações. Coloca claramente a necessidade de autonomia da asso-

ciação pela a burocracia universitária, expressada pela Assistência Social (a SAS). Defende a moradia como um direito e se coloca por organizar a luta em sua defesa. Defende a luta contra a repressão, pois entende a necessidade de defender os lutadores e, inclusive, conta com a participação de processados políticos dentre seus membros. Também se coloca contra o todo tipo de privatização e contra o poder da burocracia universitária. Apesar de divergências internas e ainda pouca compreensão sobre como deve ser uma nova estrutura de poder na universidade, aponta em seu programa a saída como o governo tripartite, eleito com voto universal, com mandatos revogáveis e submetido à assembleia geral universitária.

A tarefa da *Acorda CRUSP!* agora é dar vida ao seu programa político. Deve organizar a luta em defesa das reivindicações e retomar a democracia estudantil, através das assembleias. Deve também lutar para romper o isolamento do movimento da moradia, consolidando-o como parte do movimento geral da universidade, acabando com corporativismo imposto pelas gestões burocráticas passadas das gestões da AMORCRUSP e das gestões burocráticas da maioria dos CAs e do DCE.

Nesta edição:

- Bolívia: Piquete de greve de fome do magistério urbano de Cochabamba, encabeçado pelo prof. Miguel Lora exige a suspensão da aplicação da lei Siñani-Pérez
- Argentina: Grande paralisação nacional de 10 de abril
- Chile: Valparaíso arrasado pelas chamas
- Colômbia: Tendências da luta camponesa na Colômbia



Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Bolívia

Piquete de greve de fome do magistério urbano de Cochabamba, encabeçado pelo prof. Miguel Lora exige a suspensão da aplicação da lei Siñani-Pérez

A mobilização se amplia em nível nacional e aumenta a incorporação dos professores de base, dos pais de alunos e dos estudantes.

O Ministro da Educação acreditou que com escárnio dos professores e pais mobilizados pelos trotskistas iria afastar o mal-estar que se generalizou com a aplicação da Lei Avelino Siñani-Elizardo Pérez. Reduzir todo o conflito à presumida vocação de “malhadeiros” dos dirigentes do magistério, que tem como objetivo desgastar o governo porque estamos em ano eleitoral e que nisso prova que na realidade não lhes interessa acabar com a velha educação e a lei de 1.565, é expressão de uma cegueira política que pode custar caro ao governo do MAS. A mobilização vem combinando com a profunda desconfiança das massas diante de tudo o que faz e diz o governo demagogo. Os pais de alunos vêem uma ameaça no futuro de seus filhos com a queda do nível científico da educação, resultado da redução, redistribuição e reajustes na carga horária que vem se aplicando. Os professores, por sua vez, se sentem prejudicados ao serem obrigados a assumir matérias e horas em sala de aula que violentam sua formação e impõem gastos adicionais de locomoção de um lugar de trabalho para outro ou de material de ensino.

Um exemplo disso é o que ocorreu em Santa Cruz, onde a direção oficialista do magistério foi obrigada pela base em Assembleia a assumir a extrema medida da greve de fome. Contra sua vontade, os oficialistas dirigentes de Santa Cruz se incorporaram à mobilização, mas o fizeram tentando desviar a atenção para assuntos colaterais, que não implicam questionamentos diretos à aplicação da anticientífica Lei Avelino Siñani-Elizardo Pérez.

Constatamos, na prática, que os ataques grosseiros do Ministro e seus capangas, não nos causam danos, pelo contrário, dão mostras da debilidade ideológica dos defensores da Lei Siñani-Pérez. Na medida em que a mobilização se generaliza e aprofunda, o custo político da miopia do governo será maior.

A fortaleza política da mobilização está precisamente em que o governo tem argumentos ideológicos sólidos para refu-

tar, o que a direção trotskista do magistério tem conseguido desentranhar sobre o fundo subjetivo, idealista, anticientífico, antidocente e antieducativo dos princípios filosóficos (resumidos na irônica frase de “visão pachamânica da educação”), que serviram de ponto de partida para a elaboração da estúpida Lei educacional do MAS. O certo é que a Lei e sua aplicação são filhas da concepção pós-moderna em sua versão indigenista divulgada pelas ONGs e as agências educacionais do imperialismo, cujo principal interesse é reduzir gastos do Estado com a educação. No caso do presente conflito, por exemplo, se pretende incorporar mais matérias com base na diminuição da carga horária de matérias científicas, não se contratarão outros professores com novos itens para as novas matérias.

Fundem-se as disciplinas de Biologia-Geografia, cortam horas de biologia e estudos sociais para transferir para outras disciplinas. Fundiram-se as disciplinas de Física-Química. No caso dessas quatro disciplinas fundidas, agora só precisam de dois professores, o de biologia ensinará geografia e vice-versa. O mesmo ocorrerá com as disciplinas de Filosofia-Psicologia, uma só área; além disso, aos professores destas especialidades se lhes obrigarão ensinar disciplinas de cosmovisões. Obrigaram os professores de linguagem e literatura a dar o idioma originário no processo de ensino aprendizagem (leitura-escrita). Os professores de estudos sociais estão obrigados a ensinar novas disciplinas: sociologia e antropologia. Igualmente se passa no curso primário, os conteúdos dos planos e programas das disciplinas secundárias estão cheios de conteúdos pachamânicos e suas absurdas relações com os cosmos. A educação científica, que é uma grande conquista do magistério e do povo boliviano, agora estará submetida aos conhecimentos pré-científicos que os obrigarão a dividir com as autoridades.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2354, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

Publicamos o artigo extraído do Jornal Massas da Argentina, órgão do Partido Operário Revolucionário sobre a greve geral, ocorrida na Argentina. A lição dos piquetes de greve deve ser assimilada pela classe operária brasileira, porque permitiu impor a decisão coletiva de parar o País contra as medidas governamentais de descarregar a crise capitalista sobre os ombros dos explorados.

Grande paralisação nacional de 10 de abril

A paralisação foi massiva, contundente, parando o País. É a primeira paralisação geral contra o governo kirchnerista, que se pretendia “nacional e popular”. A adesão dos sindicatos dos transportes foi fundamental. A enorme greve de professores de 17 dias, na Província de Buenos Aires, antecipou o êxito da medida. Os piquetes em numerosos pontos pelo ativismo de esquerda, bloqueando as estradas e pontes, anunciados dias antes, foram também um fato de grande importância para facilitar a adesão dos trabalhadores, era quase impossível transitar em qualquer meio de transporte.

Fracassaram todas as tentativas da burocracia oficialista, dos sindicatos e da CGT de dividir a paralisação, fazendo campanha contra a greve, adiantando a assinatura de seus acordos paritários, um papel cada vez mais miserável. Fracassou o governo com sua campanha em todos os meios para dizer que a paralisação era convocada por Barriónuevo, dizendo que não tinha um programa, que por trás da greve estavam os opositores que especulavam com a substituição do kirchnerismo em 2015. Os meios de comunicação voltaram com a cantilena da “liberdade de trabalhar” e da “liberdade de trânsito”, como complemento da política permanente de extorsão, ameaça e pressão patronal sobre os trabalhadores para que não paralisassem. Todas as correntes patronais se posicionaram contra a greve e os piquetes.

Todos eles fracassaram. E a burocracia que convocou, que fez o possível para que sua convocatória não se sobrepujasse a grande greve docente na Província de Buenos Aires, não pode capitanear totalmente o êxito da medida pelo papel que jogaram os piquetes que apareceram como uma medida independente dos objetivos e das manobras da burocracia. A burocracia está atenta ao descontentamento das bases e não quer ser passada por cima. Mas também avisam aos opositores patronais ao governo que necessitará deles.

Chile

O artigo abaixo é um resumo extraído da nota de 25 de abril do Partido Operário Revolucionário do Chile, integrante do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Valparaíso arrasado pelas chamas

O incêndio mais trágico da história desta cidade

Todas estas encostas abrigam uma população de operários, servidores públicos, taxistas, vendedores ambulantes e de uma ampla camada de setores informais. Entre os moradores, estão os que têm títulos de domicílios e os que não têm, por isso não estão cadastrados, porque vivem mais de cinquenta anos na ilegalidade burguesa, o que se traduz em uma legalidade de fato e são os que nesse momento estão sofrendo um duplo castigo. Primeiro, por terem seus Títulos de Domicílio e, segundo, por viver em precárias condições, como diz uma moradora “nós pobres não escolhemos onde viver, vivemos onde podemos”. Nesse caso, a autoridade local fez recair a culpa de seus prejuízos aos próprios moradores.

O incêndio desnudou uma triste realidade e o profundo atraso material, cultural e político dos habitantes da zona central e, por extensão, de todo o País.

O governo, em primeiro lugar, garantiu, nesse incêndio, a proteção da propriedade privada das grandes empresas multinacionais como são os hipermercados, bancos, cadeias de farmácias e lojas de

Os hierarcas sindicais saíram para delimitar-se dos piquetes, dizendo que não eram seus métodos, renegando a história da maioria dos sindicatos com experiência em piquetes e ocupação massiva de fábricas. Queriam uma paralisação domingueira, sem nenhuma medida de ação direta, que tanto espanta as patronais. Eles também estavam encurralados na medida em que convocaram, porque temem que possa escapar de suas mãos e seja aproveitada pela tendência das bases a rebelar-se e a utilizar a paralisação como um canal para se expressar.

Os trabalhadores impuseram seu programa: contra a inflação que devora seus salários, por reajustes salariais que permitam recuperar seu poder aquisitivo, contra a negociação de acordos rebaixados, em defesa de seus postos de trabalho, etc. Nos locais de trabalho onde se realizaram assembleias, se aderiu a paralisação e até se decidiu em alguns casos somar-se aos piquetes, ainda que contrária à vontade das direções de seus sindicatos. Os trabalhadores deram o conteúdo à paralisação, que muito dificilmente poderia ser capitalizada pelos Massa, Macri ou Binner.

A paralisação geral é contra o governo, contra sua política, contra a burguesia de conjunto, ainda que seus convocadores não lhes digam expressamente, ou digam ao contrário. Permite ao trabalhador ter uma impressão de seu poder de classe, de sua capacidade de parar o País, demonstrando quem é que produz a riqueza. Atuando como um só punho é invencível. É ridícula a afirmação do governo e seus alcoviteiros jornalistas dizendo que a paralisação geral “faz o jogo da direita”. Nada melhor que o governo para fazer o “jogo da direita”, concedendo-lhe grande parte de seus pleitos e exigências.

Nossa política foi parar com as bandeiras da classe operária, diferenciando-nos da burocracia, que temos de expulsar do movimento operário.

tecidos, decretando o Estado de Exceção Constitucional, que facultou a saída das Forças Armadas sob comando da Marinha, cujo propósito era aterrorizar os danificados ao invés de protegê-los, como discursava o governo, o mesmo fizeram semanas antes, diante do fatídico terremoto do norte do País.

Unidade de operários e estudantes

Por outro lado, fomos testemunha da generosa entrega de amor e solidariedade por parte dos jovens voluntários, sendo estes operários, moradores e estudantes, tanto universitários como secundaristas; juventude deu mostra de força e coragem a esses companheiros de classe que perderam tudo. Até mesmo a juventude deu grande demonstração de maturidade organizativa – na luta pela educação pública, única, gratuita e universal – que, ao se juntar com os moradores danificados, se converteram em uma “ameaça” para o Governo e suas políticas repressivas sustentadas pelas Forças Armadas, o que fez com que esses aparatos tomassem medidas “preventivas” como é a vigi-

lância permanente dessa juventude por meio do cadastro e controle, subordinando esta atividade gratuita e espontânea a uma pulseira de identificação que lhes permitia o acesso aos lugares atingidos. Além do mais lhes exigiu sapatos e roupa de segurança, que obviamente eles não têm por serem estudantes, impedindo-lhes subir e colaborar e, quando podiam ajudar, estiveram presentes sob a vigilância de militares armadas como se isso fosse um campo de concentração, o que nos fez lembrar o triste episódio de 1973.

Os reais responsáveis pela catástrofe

Esse governo da Concertação e do Piñerismo aprofundaram a privatização das antigas empresas de serviços, que foram de propriedade estatal como Chilquinta, Esval e a Conaf (Corporação Nacional Florestal). O incêndio de Rodelilos, no ano passado, foi o prenúncio dessa nova tragédia. O governo de Piñera, nesse incêndio, prometeu a construção de blocos de apartamentos para substituir as 284 casas consumidas pelo fogo. Hoje, Bachelet anuncia esta mesma promessa.

No caso de Chilquinta, a responsabilidade que cabe nesse incêndio está na falta de prevenção ao não fazer os bloqueios de fogo, sob as torres de alta tensão e não ter mecanismos de corte automático, quando se produz contato entre os cabos, produzidos pelos ventos. Esval é responsável pela falta de água nas torneiras, que somente cumpriam uma função decorativa, porque quando necessitaram es-

tavam sem água e em outros lugares simplesmente não existem para combater incêndios dessa magnitude.

Chamamos a unidade dos moradores, operários e estudantes porque a marginalidade de nossos bairros é produto da politicagem da classe burguesa. O progresso será obra de nossa organização e na defesa de nossas legítimas reivindicações, como saúde, educação, transporte, trabalho e na solução da habitação, obtenção prioritária de Títulos de Domicílio, água potável, luz elétrica, pavimentação de acessos..., isto é, a total urbanização de nossos bairros. Temos aprendido que nada chega gratuitamente a nossas casas, isso somente propagandeiam os politiquinhos da burguesia em épocas de eleições. É imperiosa a organização que deve ser vista como a única ferramenta que nos fará superar a postergação e a miséria. Devemos estar convencidos de que podemos acabar com esses flagelos, quando estas organizações de bairros forem transformadas em organizações comunais, regionais e nacionais, cuja direção política esteja nas mãos da classe operária e trabalhadora a qual pertencemos. Apoiando sem condicionantes a criação do Partido Operário Revolucionário, bastião fundamental de nossa libertação.

É importante ressaltar que as marchas devem se massificar, incorporando a participação de toda a população de Valparaíso e do País, para neutralizar o Estado de exceção, no qual Bachelet tornou rotineiro, como o fez em 2010, em Talcahuano, no norte com o terremoto e a aplicação da Lei Antiterrorista ao povo de Mapuche.

Colômbia: Segunda Greve Nacional Agrária de abril-maio de 2014

Tendências da luta camponesa na Colômbia

Três dias antes da comemoração do 1º de maio, dezenas de milhares de camponeses e assalariados urbanos tomaram as ruas das principais cidades da Colômbia como parte da segunda Greve Nacional Agrária. Os estados de Boyacá, Santander, Norte de Santander, Casanare, Cundinamarca, Huila, Tolima, Caquetá, Meta e Cauca tiveram suas ruas e estradas tomadas pelas mobilizações, cujo principal objetivo era exigir ao governo de Juan Manuel Santos o cumprimento dos compromissos assinados depois da primeira Greve Nacional Agrária de agosto-setembro de 2013 e que pare de criminalizar os protestos camponeses. Neste momento, a greve entrou num refluxo que será, certamente, um período de acumulação de forças e reorganização política. As massas exploradas do campo e da cidade deverão tirar as conclusões políticas necessárias. A vanguarda do proletariado terá um vasto campo de ação para constituir-se na direção política dos próximos conflitos que, certamente, retomarão no próximo período. A tendência das massas a se chocarem com as bases do estado burguês semicolonial não podem ser abortadas. Corresponde às leis históricas do capitalismo monopolista como época de crises, guerras, revoluções e contrarrevoluções. Estas são as condições objetivas e materiais que impulsionarão um novo levante da luta de classes na Colômbia.

Antecedentes econômicos e políticos da Greve Nacional Agrária de abril-maio

A greve nacional agrária de 2014 tem um laço de continuidade com a de 2013. A greve nacional agrária de 2013 foi contra a destruição das condições de vida do campesinato e a concentração de terras e meios de produção na mãos dos latifundiários e da burguesia agroindustrial. Estas condições estão consagradas na Lei 970, sancionada pelo governo Santos em 2010, e contra a qual se iniciou a greve do ano passado. Naquele momento, paralisou-se a produção, o transporte e comercialização de produtos agrícolas por um mês.

A Lei 970 é um instrumento para efetivar a concentração e centralização da produção agrícola nas mãos dos monopólios imperialistas. Sua aplicação está prevista nos *Tratados de Livre Comércio* (TLC) assinados en-

tre os governos da Colômbia, os Estados Unidos e a União Europeia. Estes obrigam ao governo garantir os direitos legais dos monopólios sobre as sementes. Em troca, se prometem investimentos “milionários” no país. A Lei ainda determina o “*direito do Estado destruir as sementes dos camponeses que não cumprem com as disposições legais*”. Quem venda ou troque entre si variedades “*que não tenham sido registradas formalmente*” pagará pesadas multas e cárcere. Já em 2011, forças repressivas do Estado “tomaram por assalto” adegas e caminhões de pequenos produtores de arroz do Estado de Huila, destruindo 70 toneladas de arroz por não serem processadas “*de acordo com as normas*”. Noutras palavras: a Lei 970 representa a ruína econômica dos camponeses e um meio legal para a sua repressão política. O governo colombiano serve desse modo como agente político para a concentração da produção agrícola pelas multinacionais (Monica Sementes do Brasil, Merhav de Israel, Cargill e Monsanto dos Estados Unidos). Colômbia passaria a ser então um peça chave na estratégia das multinacionais de ampliar a oferta de terras cultiváveis destinadas à produção agrícola para exportação. Ao mesmo tempo, estimularia a queda dos preços internacionais. Constituindo-se de fato num instrumento econômico do imperialismo norte-americano para determinar a produção agrícola e os seus preços no mercado mundial.

A Greve Nacional Agrária

A greve nacional agrária durou quatro dias. Hoje está em compasso de espera aguardando os resultados das negociações com o governo. Contudo, antes da greve nacional, as organizações camponesas realizaram inúmeras manifestações regionais e bloquearam várias estradas em todo o país. Seria parte de um plano de mobilizações camponesas que, na sua expressão nacional, corresponde de fato a um plano das organizações camponesas do continente. De acordo a um comunicado da *Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo* (CLOC) publicado no primeiro dia de greve, os onze movimentos que integram a CLOC na Colômbia estavam cumprindo dessa forma o que foi deliberado na *Conferência Agrária, Camponesa, Étnica e Popular* dos dias 15, 16 e 17 de março. Naquela ocasião se resolveu implementar “*jornadas de mo-*

bilização e greve agrária motivada pelo não cumprimento dos acordos por parte do governo” e “por uma resposta efetiva aos 8 pontos da nossa pauta de reivindicações”. Exigiam ainda que “que se instale uma Mesa Única Nacional” de negociação. Segundo César Pachón, do Dignidades Agropecuárias, a greve era uma resposta ao não cumprimento dos acordos por parte do governo, assim como, aos “altos preços dos insumos, combustíveis, adubos e pesticidas, irrupção da mineração e danos ao meio ambiente, às dívidas com os bancos estatais e privados e os tratados de livre comércio”.

Decretada a greve no dia 28 de abril, ocorreram 72 cortes de estradas e 48 manifestações nas principais cidades. Em Bogotá, a capital e Medellín, a segunda cidade mais povoada, houve violentos choques entre manifestantes e as forças repressivas. Embora houvesse um retrocesso parcial da greve, ainda se mantêm alguns bloqueios de estradas em Huilla e Norte de Santander. Regiões que concentram os setores mais afetados pelas medidas do governo.

Embora os camponeses não tenham extraído ainda as consequências políticas dessa experiência, e insistam no “diálogo”, instintivamente o movimento camponês demonstra que as mesas de negociações por setor os levarão à derrotas e não servem para conquistar as reivindicações. Por isso, o movimento grevista, como o fez em 2013, recorreu à ação coletiva de massas constituindo-se na prática numa greve ativa baseada na ação coletiva e que juntou num mesmo campo de luta contra o governo aos camponeses com os trabalhadores do transporte (autônomos), os mineiros artesanais, pequenos comerciantes urbanos, assalariados do Estado e também os estudantes. Unificando desse modo numa única ação de massas em nível nacional importantes setores dos explorados e oprimidos, dando-lhe desse modo um acentuado caráter de classe, indicando a necessidade da aliança política das classes oprimidas, que no entanto, não pode acontecer sem o proletariado e seu partido estar à sua frente.

O governo de Santos manobra e reprime o protesto camponês

A greve agrária constitui um sério perigo para a burguesia colombiana e o imperialismo. Por isso o governo colombiano tratou a paralisação como uma questão de “defesa nacional”, como um sério risco político. Nos fatos, o governo enxergava um choque de alcance nacional com todas as frações oprimidas do campo e grande parte das cidades: os povos indígenas, as comunidades negras, as organizações camponesas, os sindicatos agrários de pequenos e médios produtores, os funcionários públicos, os estudantes, etc. O Ministro da Defesa, Juan Carlos Pinzón acusou a greve de estar infiltrada pelas *Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia* (FARC). A Polícia Nacional ameaçava organizar um “dispositivo completo para preservar a ordem (...) sem permitir bloqueios”. Os altos mandos das Forças Militares disseram que não permitiriam o “cerco e bloqueio das maiores cidades”. Tratava-se de justificar dessa forma a repressão política e militar.

No fundo, o governo resiste em recuar no seu Plano Agrário, cuja expressão mais conhecida é a Lei 970. Embora o programa político do movimento se limite a exigir reformas, caso se prolongue e politize pode se projetar e se chocar com as bases do regime burguês. Isto devido à incompatibilidade com as condições da crise capitalista e a necessidade dos monopólios de colonizar todas as áreas do trabalho social, principalmente a produção agrícola, fonte de importantes lucros. Daí a violência da resposta do governo. Daí também que a negociação sem luta seja um bloqueio às conquistas camponesas. A adoção do método próprio da luta camponesa, e fundamentalmente do proletariado, constituem a escola para educar a vanguarda camponesa e aproximá-la do programa revolucionário.

Tendências da luta camponesa na Colômbia

Em 2013, foram a massividade, coordenação e unificação das reivindicações com outros setores explorados, além do emprego da ação direta, o que determinou a derrota tática imposta ao governo. Foram

mais de 30 enfrentamentos com as forças repressivas do Estado nas principais cidades do país. Bloquearam-se estradas, realizaram-se boicotes e se deixou de produzir alimentos para as cidades. O objetivo da greve era cercar o governo nos centros urbanos, obrigando-o desse modo a ceder, o que se conseguiu finalmente. A derrota parcial infringida ao governo, obrigando-o a suspender a lei 970, a reduzir os preços dos insumos, a conceder facilidades de créditos e subsidiar a produção camponesa não significou mais do que uma trégua. Menos de um ano depois, o próprio governo desconheceu os acordos.

Na Colômbia, são mais de 14 milhões de camponeses e mais de um milhão os que não têm terras. A maioria da população urbana e semiurbana dependeram direta ou indiretamente das atividades agrícolas. 55% dos habitantes vivem em zonas rurais. E, desde os anos 1990, a produção agrícola decresceu enquanto aumentou a pecuária extensiva e as plantações de coca. Negócios controlados e monopolizados pelos capitalistas imperialistas. Por isso, embora as reivindicações camponesas não superem a luta por reformas, sua força social reside no fato da burguesia não poder conceder nada aos camponeses e pretende, pelo contrário, avançar com a concentração de terras e dos meios de produção para impulsionar a produção capitalista monopolista em grande escala. A Lei 970 não é senão a expressão jurídica desses interesses econômicos.

Embora este ano o proletariado não participasse organizativamente dos protestos, o que enfraquece a greve agrária, não está descartado seu ingresso na cena ao se aprofundar a crise econômica. A segunda greve agrária foi um novo propulsor da luta de classes sob as condições do aprofundamento da crise mundial dentro das fronteiras nacionais. O receio do governo é que a nova greve pudesse repetir a aliança de classes espontânea entre operários e assalariados da cidade com os oprimidos do campo. Em 2013, foi a intervenção e mobilização de importantes destacamentos operários (petroleiros, mineiros, etc.), de assalariados dos serviços (saúde, transporte, etc.) e da juventude oprimida o que determinou o sucesso da greve agrária. Manifestaram-se dessa forma as condições para uma greve geral apoiada nas duas classes que constituem a espinha dorsal da revolução proletária. E demonstrou que a luta camponesa não pode se impor a não ser como expressão da luta de classes, cujo centro é o proletariado. A pressa com que o governo chamou a negociar com os dirigentes camponeses revela esse temor. A presença operária nas ruas, mesmo de que de modo espontâneo e semi-inconsciente, cria as bases para a aliança operário-camponesa. Foi por isso que o governo de Santos reprimiu um movimento agrário que não ultrapassava pelo seu programa e objetivos políticos os limites das reformas democráticas. Daí também que a suposta “infiltração guerrilheira” no movimento não passa de uma farsa deliberada.

O caráter mais estratégico do movimento camponês está dado pela possibilidade de se vincular numa unidade tática e de ação com o proletariado, os assalariados e a juventude oprimida urbana. O apoio estudantil foi uma demonstração concreta dessa possibilidade. Caso a classe operária tivesse alcançado a independência política diante da burguesia e do Estado, estaria colocado concretamente um chamado à constituição da aliança operária e camponesa. Esse é o caminho a percorrer. Tudo indica que as FARC não poderão cumprir essa tarefa. O que ressalta, de um lado, a agudização da luta camponesa e, de outro, a ausência de uma direção revolucionária do proletariado.

O que mais teme a burguesia é a unidade entre operários e camponeses. Pelo contrário, dar expressão consciente e armar com um programa de luta essa tendência é a mais urgente tarefa dos revolucionários. Isto exige constituir o partido marxista-leninista-trotskista na Colômbia e apoiar a experiência das massas numa sólida direção internacional constituída como embrião do Partido Mundial da Revolução Socialista, isto é, a reconstrução da IV Internacional. É por essa via que as próximas lutas camponesas e operárias se projetarão à revolução proletária.